

CÓDIGO DE PROCESSAMENTO

DISCIPLINAR (CPD)

2019

CÓDIGO DE PROCESSAMENTO

DISCIPLINAR (CPD)

2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Gestão 2017-2019

DIRETORIA

Rogério Giannini – *Presidente*

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – *Vice-presidente*

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – *Secretário*

Norma Celiane Cosmo – *Tesoureira*

CONSELHEIRAS(OS) EFETIVAS(OS)

Iolete Ribeiro da Silva – *Secretária Região Norte*

Clarissa Paranhos Guedes – *Secretária Região Nordeste*

Marisa Helena Alves – *Secretária Região Centro Oeste*

Júnia Maria Campos Lara – *Secretária Região Sudeste*

Rosane Lorena Granzotto – *Secretária Região Sul*

Fabian Javier Marin Rueda – *Conselheiro 1*

Célia Zenaide da Silva – *Conselheira 2*

CONSELHEIRAS(OS) SUPLENTES

Maria Márcia Badaró Bandeira – *Suplente*

Daniela Sacramento Zanini – *Suplente*

Paulo Roberto Martins Maldos – *Suplente*

Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – *Suplente*

Jureuda Duarte Guerra – *Suplente Região Norte*

Andréa Esmeraldo Câmara – *Suplente Região Nordeste*

Regina Lúcia Sucupira Pedroza – *Suplente Região Centro Oeste*

Sandra Elena Sposito – *Suplente Região Sudeste*

Cleia Oliveira Cunha – *Suplente Região Sul (In memoriam)*

Elizabeth de Lacerda Barbosa – *Conselheira Suplente 1*

Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – *Conselheiro Suplente 2*

**GRUPO DE TRABALHO DA APAF: REVISÃO DA POLÍTICA DE
ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Júnia Maria Campos Lara *(CFP - Secretária de Orientação e Ética)*

Aluizio Lopes de Brito *(CFP - ad hoc)*

Túlio Louchard Picinini Teixeira *(CRP 04)*

Rodrigo Toledo *(CRP 06)*

Regiane Aparecida Piva *(CRP 06)*

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira *(CRP 06)*

Iara Lais Raittz Baratieri *(CRP 08)*

Handersenn Shouzo Abe *(CRP 09)*

Soraya Wivianne Braga Albim *(CRP 10)*

Marcos Henrique Antunes *(CRP 12)*

Elisa Rita Ferreira de Andrade *(CRP 12)*

Araceles de Sousa Monteiro *(CRP 21)*

Gerardo Juraci Campelo Leite Neto *(CRP 21)*

É permitida a reprodução desta publicação, desde
que sem alterações e citada a fonte.

1ª Edição – 2019

Projeto Gráfico – **Movimento Comunicação**

Diagramação – **Movimento Comunicação**

Revisão – **MC&G Design Editorial**

EQUIPE TÉCNICA DO CFP

Coordenação

Miraci Mendes (*Coordenadora Geral*)

Secretaria de Orientação e Ética (SOE)

Ed Wanger Generoso Junior (*Supervisor*)

Daniela Mundim

Sara Juliana Bulgarelli Guadanhim Gonçalves

Ana Clara de Medeiros Araújo

Assessoria Jurídica

João Diego Firmiano Rocha (*Gerente*)

Gerência de Comunicação

Luana Spinillo (*Gerente*)

Priscilla Atalla Morelo

150.008 Conselho Federal de Psicologia.
C766c Código de Processamento Disciplinar / Conselho Federal de
Psicologia. – Brasília, DF : CFP, 2019.
85 p.

ISBN: 978-85-89208-90-1

1. Psicologia. 2. Psicóloga. 3. Psicólogo. 4. Processamento
disciplinar. I. Título.

Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco - USF
Ficha catalográfica elaborada por: Tatiana Santana Matias - CRB-08/8303

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
HISTÓRICO	9
RESOLUÇÃO CFP Nº 011/2019	11
CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR	12
LIVRO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	15
TÍTULO I - NORMAS GERAIS	15
TÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS	17
TÍTULO III - DOS ATOS DO PROCESSO	20
TÍTULO IV - DOS PRAZOS	21
TÍTULO V - DAS COMUNICAÇÕES	23
CAPÍTULO I - DA NOTIFICAÇÃO	
CAPÍTULO II - DA CITAÇÃO	
CAPÍTULO III - DA INTIMAÇÃO	
CAPÍTULO IV - DA REVELIA	
CAPÍTULO V - DA CARTA PRECATÓRIA	
TÍTULO VI - IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES	30
TÍTULO VII - DAS NULIDADES	32
TÍTULO VIII - DA PRESCRIÇÃO	34
LIVRO II - DOS PROCESSOS ÉTICO, ORDINÁRIO E FUNCIONAL	35
TÍTULO I - DOS PROCEDIMENTOS ANTECEDENTES	35
CAPÍTULO I - DA REPRESENTAÇÃO	
CAPÍTULO II - DO REQUERIMENTO DE OFÍCIO	
TÍTULO II - DOS PROCESSOS	36
CAPÍTULO I - DO PROCESSO ÉTICO	
CAPÍTULO II - DO PROCESSO ORDINÁRIO	
CAPÍTULO III - DO PROCESSO FUNCIONAL	
TÍTULO III - DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS	43

DISCIPLINARES	
CAPÍTULO I - DA PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL	
CAPÍTULO II - DA PROVA PERICIAL	
CAPÍTULO III - DO DEPOIMENTO PESSOAL E DA PROVA TESTEMUNHAL	
CAPÍTULO IV - DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	
TÍTULO IV - SESSÃO DE JULGAMENTO	52
LIVRO III - DOS RECURSOS E DO REEXAME NECESSÁRIO	56
TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	56
TÍTULO II - DO RECURSO ORDINÁRIO	57
TÍTULO III - DO REEXAME NECESSÁRIO	58
LIVRO IV - DA REVISÃO	59
LIVRO V - DAS PENALIDADES	61
LIVRO VI - DA EXECUÇÃO	64
CAPÍTULO I - DA DIVULGAÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS À(AO) PSICÓLOGA(O)	
CAPÍTULO II - DA REABILITAÇÃO	
LIVRO VII - MEDIAÇÃO	69
LIVRO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS	72
ANEXO I - GLOSSÁRIO	74
ANEXO II - MODELO DE EDITAL DE CITAÇÃO	82
FLUXOGRAMAS	83

APRESENTAÇÃO

O Sistema Conselhos de Psicologia, nos termos da Lei n.º 5.766/1971, tem como atividade precípua “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicóloga(o) e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe”.

A Secretaria de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, dentre suas atribuições, tem a de promover, anualmente, Encontros Nacionais com as Comissões de Ética (COE) e com as Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) dos Conselhos Regionais de Psicologia, que são responsáveis por fiscalizar, apreciar, instaurar e julgar os processos ordinários, éticos e funcionais.

Muitas das pautas desses encontros versam sobre o Código de Processamento Disciplinar, justamente por ser a Resolução que disciplina os trâmites processuais dos Processos Disciplinares Ordinários, Éticos e Funcionais.

O CPD editado anteriormente data do ano de 2007 e o Sistema Conselhos compreendeu a necessidade de edição de um Novo Código de Processamento Disciplinar, levando em consideração a demanda da sociedade, o aprimoramento dos atos processuais, a incorporação de novas normativas à profissão de Psicologia, bem como a necessidade de atualização da legislação federal pertinente a Psicologia.

Dessa forma, foi expedido este Novo Código de Processamento Disciplinar. A expectativa é de que o mesmo seja um instrumento capaz de delinear para a sociedade e para a(o) profissional da Psicologia, de forma normativamente transparente, as responsabilidades e deveres da(o) psicóloga(o) quanto: a denúncias, investigação e apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Ética e legislação da profissão; balizar os julgamentos das suas ações investigadas e assim contribuir para a legalidade dos atos e ampliação do significado social e ético da profissão.

Este Código de Processamento Disciplinar é reflexo da necessidade sentida pela categoria de atender à evolução da própria Psicologia com a edição de novas e modernas normativas que se adequem à evolução histórica da profissão.

Esse Código traz ao Sistema Conselhos o que há de mais atualizado em termos de instrução e julgamento dos atos do exercício profissional.

XVII Plenário
Conselho Federal de Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR

HISTÓRICO

O documento ora apresentado visa adaptar as normas do Código de Processamento Disciplinar do Conselho Federal de Psicologia à legislação vigente e à atual realidade dos Conselhos Regionais e Federal, bem como promover uma reorganização sistemática dos dispositivos, a partir das sugestões e contribuições provenientes dos diversos Conselhos Regionais de Psicologia.

Destaca-se que o Código vem sendo aprimorado ao longo dos anos. A Resolução CFP n.º 014/1976 foi o primeiro Código de Processamento Disciplinar. Essa versão foi revogada pela Resolução n.º 015/1982, que vigorou por apenas um ano, sendo substituída pela Resolução CFP n.º 009/1983.

Em 1988, foi publicada a Resolução CFP n.º 005/1988, e posteriormente a Resolução CFP n.º 006/2001, que contemplou exatamente cem artigos e vigorou até a publicação da Resolução CFP n.º 006/2007, que está abrindo espaço para esta nova versão do Código.

A reestruturação das disposições normativas é uma das principais alterações. O objetivo é garantir ao Código uma maior sistematicidade, facilitando sua interpretação e aplicação pelos interessados. Na mesma linha, foram supridas certas lacunas presentes no Código anterior, solucionando-se dificuldades práticas identificadas sob a égide da normativa e conferindo-se maior operacionalidade ao instrumento. Ainda, para conferir maior clareza e segurança na aplicação do Código, elaborou-se um glossário contendo as definições dos termos técnicos adotados pela Resolução e também um modelo contendo as informações necessárias para a realização da citação feita por edital.

Acredita-se que as mudanças eliminarão diversas dúvidas e problemas enfrentados hoje pelos conselhos e pelas partes. Considera-se, portanto, um marco decisivo para tornar menos complexos e mais seguros os procedimentos disciplinares, facilitando sua tramitação e implementação.

Além de conservar e, em alguns casos, aprimorar os institutos cuja aplicação e resultados foram positivos, incluíram-se no Código outros que visam a atribuir-lhe maior eficiência. Neste sentido, incluiu-se previsão detalhada do procedimento a ser seguido para a reabilitação da(o) psicóloga(o) que tenha tido o seu exercício profissional cassado, de modo a regulamentar a matéria em âmbito federal. Outra relevante inovação deste documento relaciona-se à adoção de sistema eletrônico único e integrado pelos Conselhos Federal e Regionais para a tramitação dos processos disciplinares e a previsão de que os prazos serão contados em dias úteis.

O documento ora apresentado também promove a reforma do sistema recursal, propondo tratamento mais detalhado do recurso ordinário. Além disso, institui o reexame necessário, que ocorrerá nas hipóteses de aplicação de penalidade de suspensão ou cassação do exercício profissional, sempre que não for interposto recurso ordinário pelas partes interessadas.

Entendemos que a integralização das propostas vindas dos regionais e a presença dos seus representantes em reunião, que debateu e aprimorou o texto final, resultou num texto que tem potencial de gerar mais segurança jurídica e eficiência na aplicação das normas e no curso dos processos disciplinares, tutelando ao mesmo tempo direitos do representante e da sociedade, bem como dos profissionais a quem é imputada a prática de infrações, que passam a ter maior clareza quanto às normas procedimentais e punitivas vigentes.

CORPO DA
RESOLUÇÃO

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 14 DE JUNHO DE 2019

Institui o Código de Processamento Disciplinar

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, realizada nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário em sessão realizada em 25 e 26 de janeiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado e passa a vigorar o Código de Processamento Disciplinar, composto dos seguintes Livros:

LIVRO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO I – NORMAS GERAIS

TÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

TÍTULO III – DOS ATOS DO PROCESSO

TÍTULO IV – DOS PRAZOS

TÍTULO V – DAS COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO I – DA NOTIFICAÇÃO

CAPÍTULO II – DA CITAÇÃO

CAPÍTULO III – DA INTIMAÇÃO

CAPÍTULO IV – DA REVELIA

CAPÍTULO V – DA CARTA PRECATÓRIA

TÍTULO VI – IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

TÍTULO VII – DAS NULIDADES
TÍTULO VIII – DA PRESCRIÇÃO

LIVRO II – DOS PROCESSOS ÉTICO, ORDINÁRIO E FUNCIONAL

TÍTULO I – DOS PROCEDIMENTOS ANTECEDENTES

CAPÍTULO I – DA REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO II – DO REQUERIMENTO DE OFÍCIO

TÍTULO II – DOS PROCESSOS

CAPÍTULO I - DO PROCESSO ÉTICO

CAPÍTULO II – DO PROCESSO ORDINÁRIO

CAPÍTULO III – DO PROCESSO FUNCIONAL

TÍTULO III – DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES

CAPÍTULO I – DA PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL

CAPÍTULO II – DA PROVA PERICIAL

CAPÍTULO III – DO DEPOIMENTO PESSOAL E DA PROVA TESTEMUNHAL

CAPÍTULO IV – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

TÍTULO IV – SESSÃO DE JULGAMENTO

LIVRO III – DOS RECURSOS E DO REEXAME NECESSÁRIO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO II – DO RECURSO ORDINÁRIO

TÍTULO III – DO REEXAME NECESSÁRIO

LIVRO IV – DA REVISÃO

LIVRO V – DAS PENALIDADES

LIVRO VI – DA EXECUÇÃO

CAPÍTULO I – DA DIVULGAÇÃO DAS PENALIDADES APLICADAS À(AO) PSICÓLOGA(O)

CAPÍTULO II – DA REABILITAÇÃO

LIVRO VII – MEDIAÇÃO

LIVRO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I – GLOSSÁRIO

ANEXO II – MODELO DE EDITAL DE CITAÇÃO

Art. 2º – Revoga-se a Resolução CFP nº 006/2007, bem como todas as demais disposições em contrário.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, aplicando-se de imediato aos processos pendentes, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da Resolução CFP nº 006/2007, e observada a regra de transição prevista no parágrafo único do art. 174 do Código de Processamento Disciplinar ora aprovado.

Brasília, 14 de junho de 2019

Rogério Giannini
Conselheiro Presidente

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR

LIVRO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO I – NORMAS GERAIS

Art. 1º – As *infrações disciplinares* praticadas por psicólogas(os) serão processadas em todo território nacional pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), nos termos do presente Código e de seus anexos.

§1º – As *infrações disciplinares* praticadas por psicólogas(os) classificam-se em ordinárias, funcionais e éticas e serão apuradas e processadas por meio dos respectivos processos investigativos e disciplinares, na forma prevista neste Código.

§2º – No âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia, cabe à respectiva Comissão de Ética ou, quando tiver sido instituída, à Comissão de Instrução, na qualidade de Comissão Processante, apurar as *infrações disciplinares* e realizar os atos instrutórios necessários com vista a seu julgamento pelo Conselho.

§3º – Para a apuração das *infrações disciplinares*, a(o) Presidente da Comissão de Ética poderá solicitar, em função da natureza do fato, apoio da Comissão de Orientação e Fiscalização para a instrução do processo investigativo.

§4º – No âmbito do Conselho Federal de Psicologia, cabe à Secretaria de Orientação e Ética apurar, por meio de Comissão de Instrução, as *infrações disciplinares* funcionais e realizar os atos instrutórios necessários com vista a seu julgamento pelo Conselho.

Art. 2º – A notícia de uma possível *infração disciplinar* poderá decorrer

de *representação* de qualquer interessado ou de verificação de ofício pelos Conselhos de Psicologia, por iniciativa de qualquer de seus órgãos internos ou de suas(seus) Conselheiras(os), efetivas(os) ou suplentes em exercício.

§1º – Da notícia ou verificação de uma possível infração, poderá resultar:

- a) o arquivamento do expediente;
- b) a instauração de *processo investigativo*; ou
- c) a instauração do competente *processo disciplinar*.

§2º – O *processo investigativo* será instaurado, conforme dispositivos desta Resolução, sempre que verificada a necessidade de apuração mais detida dos fatos e da autoria, dele podendo resultar o arquivamento do feito ou a instauração do competente *processo disciplinar*.

Art. 3º – As *partes* poderão atuar nos *autos* dos processos regulados por este Código por si ou por intermédio de *procurador devidamente constituído*.

Art. 4º – Cada *processo investigativo* ou *disciplinar* será caracterizado pelo número de ordem que lhe for atribuído e terá suas folhas numeradas e rubricadas por servidor autorizado do respectivo Conselho Regional ou Federal, conforme o caso, a fim de que lhe seja conferida a devida autenticidade.

Parágrafo único. Na hipótese de adoção de uso de meio eletrônico na tramitação dos *processos investigativos* e *disciplinares*, conforme dispõem os parágrafos 1º e seguintes do artigo 14 deste Código, os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida pelo respectivo Conselho de Psicologia, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

TÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º – Compete ao Conselho Regional de Psicologia, da *jurisdição* onde ocorreu o fato, apreciar e julgar as *infrações éticas* e *ordinárias* cometidas por psicóloga(o), independentemente de possuir ou não inscrição principal ou secundária no referido Conselho, bem como as *infrações funcionais* praticadas por suas(seus) Conselheiras(os) Regionais.

§1º – No caso das *infrações éticas* e *ordinárias*, caso não seja possível fixar a competência com base na regra prevista no *caput*, será competente o Conselho Regional de Psicologia em que a(o) psicóloga(o) estiver inscrita(o) ao tempo da ocorrência do fato.

§2º – Não será admitido o cancelamento da inscrição profissional da(o) psicóloga(o) que estiver sendo investigada(o) ou processada(o) pelo Conselho Regional de Psicologia.

§3º – A transferência da inscrição profissional de psicóloga(o) investigada(o)/processada(o) durante o curso de um processo regulamentado por este Código ensejará a transformação compulsória de sua inscrição primária em secundária perante o Conselho Regional de Psicologia em que tramitar o respectivo processo.

§4º – Na hipótese do parágrafo anterior, será dada ciência da transferência e de suas consequências, por escrito, ao Conselho Regional de Psicologia para onde se pretende transferir a inscrição.

Art. 6º – Compete ao Conselho Federal de Psicologia processar e julgar as *infrações funcionais* praticadas por suas(seus) Conselheiras(os) Federais, assim como os recursos das decisões proferidas pelos Conselhos Regionais, conforme disposto neste Código.

Art. 7º – A existência de *processo investigativo* ou *disciplinar* contra psicóloga(o) não impede o seu desligamento das funções de Conselheira(o), sendo-lhe

aplicáveis as regras previstas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 5º deste Código.

Art. 8º – Compete à Comissão de Ética, no âmbito dos Conselhos Regionais, e à Secretária de Orientação e Ética, no âmbito do Conselho Federal, a apuração acerca da prática de infrações disciplinares e a instrução dos processos previstos neste Código.

§1º – Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria de Orientação e Ética contará com assessoria jurídica de caráter permanente.

§2º – Para a apuração acerca da ocorrência de *infração disciplinar* no âmbito de *processos investigativos*, a Comissão de Ética contará com apoio da Comissão de Orientação e Fiscalização, quando for o caso, a depender da natureza do fato.

Art. 9º – É facultado à Comissão de Ética que possuir *jurisdição* em mais de um Estado constituir Comissão de Instrução Permanente para, substituindo-a, desempenhar suas atribuições nas respectivas seções, observadas as disposições deste artigo e dos demais dispositivos pertinentes deste Código.

§1º – A Comissão de Instrução Permanente será criada por intermédio de ato administrativo que deverá especificar, no mínimo, 3 (três) psicólogas(os) para compô-la, regularmente inscritas(os) no respectivo Conselho Regional de Psicologia.

§2º – A Comissão de Instrução será presidida por psicóloga(o) que seja membro da Comissão de Ética.

Art. 10 – A Comissão de Ética poderá, em qualquer caso, constituir Comissão de Instrução para, substituindo-a, desempenhar suas atribuições nos *processos investigativos* ou *disciplinares éticos* ou *ordinários*, observadas as disposições deste artigo e dos demais dispositivos do Código pertinentes ao tema.

§1º – A constituição de Comissão de Instrução é obrigatória

nos *processos investigativos* ou *disciplinares* relacionados a infrações funcionais.

§2º – A Comissão de Instrução será composta por, no mínimo, 3 (três) psicólogas(os) regularmente inscritas(os) em Conselho Regional de Psicologia e que atuem, preferencialmente, em área relacionada à do objeto do processo.

§3º – A Comissão de Instrução será presidida por psicóloga(o) que seja membro da Comissão de Ética ou da Secretaria de Orientação e Ética, conforme o caso.

§4º – Cabe à Presidência da Comissão de Ética ou à(ao) Secretária(o) da Secretaria de Orientação e Ética constituir a Comissão de Instrução, mediante ato administrativo, o qual conterà a designação de seus membros e definirá os termos da delegação de atribuições, que poderá ser total ou parcial.

Art. 11 – A Comissão de Ética poderá constituir Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos para desempenhar as atribuições da Câmara de Mediação, com os mesmos poderes de decisão.

§1º – A Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos será composta de no mínimo 3 (três) membros e será presidida por Conselheira(o) efetiva(o) da Comissão de Ética.

§2º – Os demais membros da Comissão de Meios de Solução Consensual de Conflitos poderão ser Conselheiras(os) efetivas(os) ou suplentes, ou convidadas(os), preferencialmente formadas(os) em mediação ou outros meios consensuais de resolução de conflitos.

Art. 12 – No âmbito dos processos regulados por este Código, a(o) Presidente do respectivo Conselho poderá delegar o servidor devidamente designado à prática de *atos ordinatórios*.

TÍTULO III – DOS ATOS DO PROCESSO

Art. 13 – Nos *processos investigativos e disciplinares*, os atos processuais independem, como regra, de forma determinada.

Parágrafo único. Nos casos em que o presente Código estabelecer forma determinada, ainda que essa não tenha sido observada, o ato processual permanecerá válido caso tenha atingido o seu objetivo essencial.

Art. 14 – Os Conselhos de Psicologia adotarão, como regra, salvo justificativa expressa, o uso de meio eletrônico na tramitação de seus processos, na comunicação de seus atos e na transmissão de peças processuais.

§1º – Para os fins do *caput* deste dispositivo, os Conselhos de Psicologia envidarão esforços para adotar um sistema eletrônico único e integrado, por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

§2º – Até a implantação do sistema mencionado no §1º deste artigo, os atos processuais poderão ser praticados eletronicamente por meio de uso de endereço eletrônico disponibilizado pelo respectivo Conselho, além de outros meios eletrônicos porventura definidos no âmbito do respectivo Conselho.

§3º – Os Conselhos de Psicologia poderão editar normas para regulamentar o uso do meio eletrônico no âmbito dos seus processos.

Art. 15 – Os *processos investigativos e disciplinares* terão caráter sigiloso, sendo permitida vista dos autos apenas às partes e aos seus procuradores *devidamente constituídos*, a quem se fornecerão cópias das peças solicitadas.

§1º – O dever de sigilo se estende à Secretaria de Orientação e Ética, à Comissão de Ética, à Comissão de Instrução, às(aos) Conselheiras(os), aos mediadores, aos membros de Comissão, às *testemunhas*, aos assessores e aos servidores do Conselho que tomarem conhecimento do processo por dever de ofício.

§2º – Toda a *instrução processual* correrá em sigilo, o que deverá ser devidamente informado às partes pela Secretaria de Orientação e Ética, pela Comissão de Ética ou pela Comissão de Instrução, conforme o caso.

§3º – Cabe às *partes* preservar o sigilo previsto neste dispositivo, sob pena de responsabilização civil e penal no caso de divulgação do seu conteúdo por culpa ou dolo.

§4º – Cabe à *parte* interessada tomar as providências cabíveis para a responsabilização daquele que violar o dever de sigilo previsto no *caput* e parágrafos deste artigo.

§5º – A mera informação a respeito da existência de *processo disciplinar*, das *partes* envolvidas, da fase processual ou do provimento ou desprovimento de eventual *recurso* julgado pelo Conselho Federal de Psicologia, sem referência ao seu conteúdo, não caracteriza desobediência ao disposto neste artigo.

Art. 16 – Todos os *atos processuais* deverão ser praticados na sede do Conselho competente, salvo decisão fundamentada da *Comissão Processante* em sentido contrário, hipótese em que sua realização dependerá da presença de pelo menos um dos membros da *Comissão Processante*, exceto quando a *diligência* for realizada por meio de *carta precatória*.

Art. 17 – Salvo no caso dos processos que tramitarem de forma eletrônica, todos os atos e termos do processo deverão constar de duas vias, sendo que as segundas vias, juntadas aos demais documentos em cópia ou fotocópia, formarão *autos* suplementares, que permanecerão juntamente com os originais na sede do Conselho Regional ou Federal, quando, neste caso, o processo for de sua competência originária ou atuar como instância recursal.

TÍTULO IV – DOS PRAZOS

Art. 18 – Os *atos processuais* serão realizados nos prazos definidos neste Código.

§1º – Quando o presente Código for omissivo, os prazos serão determinados pela *Comissão Processante* ou pela(o) Conselheira(o) *relatora(or)* do feito, que levará em consideração a complexidade do ato para a fixação do prazo de seu cumprimento.

§2º – Quando não fixado outro prazo por este Código, pela *Comissão Processante* ou pela(o) Conselheira(o) *relatora(or)*, os prazos para a prática dos atos processuais serão de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 19 – Nos casos em que o processo não tramitar por meio eletrônico, serão acrescidos 3 (três) dias úteis a todos os prazos dirigidos à parte que resida fora da cidade em que o Conselho tiver sua sede.

Parágrafo único. Quando a residência da parte for em outro Estado, o prazo será acrescido de 10 (dez) dias úteis.

Art. 20 – Na contagem de prazo em dias, computar-se-ão somente os dias úteis, salvo quando este Código dispuser expressamente de modo contrário.

§1º – Para efeito de contagem de prazos, exclui-se o primeiro e inclui-se o último dia.

§2º – A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia útil após a data que constar no AR (Aviso de Recebimento) ou no recibo, indicativa do recebimento pela parte de *notificação* ou *citação*.

§3º – Em todos os demais casos, salvo na hipótese prevista no artigo 22, § 3º, a contagem do prazo inicia-se no primeiro dia útil após o envio do e-mail referente à comunicação.

Art. 21 – Sempre que forem juntados novos documentos ou manifestações aos *processos disciplinares*, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a outra parte sobre eles se manifeste, a contar da *intimação*.

Parágrafo único. De forma justificada, a parte poderá requerer a prorrogação do prazo previsto no *caput* deste dispositivo, cabendo à *Comissão Processante* ou à(ao) Conselheira(o) *relatora(or)* deferi-la ou não.

TÍTULO V – DAS COMUNICAÇÕES

Art. 22 – A comunicação dos atos pertinentes aos processos regulados por este Código observará, como regra, o meio eletrônico e dar-se-á sob a forma de *notificação*, *citação* ou *intimação*.

§1º – A *notificação* e a *citação* serão pessoais e efetuadas mediante correspondência com AR (Aviso de Recebimento) ou entrega pessoal contra recibo, que, após devolvidos, serão juntados aos *autos*.

§2º – Na *notificação* e na *citação*, deverá constar expressamente a obrigatoriedade de que a(o) psicóloga(o) indique seu endereço eletrônico para fins de recebimento das demais comunicações por essa via.

§3º – Excepcionalmente, no momento em que instada a fornecer o seu endereço eletrônico ou no curso do processo, a *parte* poderá requerer que todas as comunicações lhe sejam enviadas de forma pessoal por correspondência com AR (Aviso de Recebimento) ou entrega pessoal contra recibo, mediante justificativa e comprovação da impossibilidade de recebimento por meio eletrônico.

§4º – Caso o requerimento mencionado no §3º seja indeferido pela *respectiva Comissão Processante* ou pela(o) Conselheira(o) *relatora(or)*, a parte será intimada da decisão por correspondência com AR e terá 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento, para indicar o seu endereço eletrônico.

§5º – É dever das *partes* manter seu endereço eletrônico atualizado, sob pena de reputarem-se válidas as comunicações enviadas para o endereço constante dos *autos*.

Art. 23 – Nos casos em que a comunicação for pessoal, considerar-se-á efetivada a partir da data de recebimento que constar do AR ou do recibo.

§1º – Somente se consideram efetivados os atos de comunicação pessoal se recebidos e assinados especificamente pelas pessoas a quem se destinam, no caso de pessoa natural.

§2º – Tratando-se de pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, o funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

§3º – Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

Art. 24 – Nos casos em que a comunicação for por meio eletrônico, considerar-se-á efetivada na data de envio do ato pelo Conselho de Psicologia ao endereço eletrônico constante dos *autos*.

CAPÍTULO I – DA NOTIFICAÇÃO

Art. 25 – *Notificação* é o ato inicial pelo qual se dá conhecimento à(ao) investigada(o) da existência de *processo investigativo* em seu desfavor, conferindo-lhe a oportunidade de prestar informações.

Parágrafo único. A *notificação* deverá conter:

- a) o número do *processo investigativo*;
- b) o nome do representante, quando houver;
- c) o nome da(o) psicóloga(o) investigada(o) e seu número de inscrição;
- d) cópia da *representação* com os documentos que a instruem,

quando for o caso;

e) cópia dos documentos pertinentes ao fato investigado nas hipóteses de *processos investigativos* instaurados de ofício, quando for o caso;

f) menção expressa ao prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação por escrito e juntada de documentos que a(o) investigada(o) entender cabíveis;

g) indicação do endereço eletrônico do Conselho Regional de Psicologia ou do Conselho Federal de Psicologia, quando for o caso, para envio da manifestação e dos documentos mencionados na alínea anterior.

Art. 26 – Caso a(o) investigada(o) não seja encontrada(o) em seu endereço, a *Comissão Processante* poderá diligenciar com vista à obtenção de informações atualizadas quanto à sua localização, para fins de nova tentativa de *notificação* pelo correio.

Parágrafo único. Após restarem frustradas duas tentativas de *notificação* pelo correio, será dado prosseguimento ao *processo investigativo*.

Art. 27 – Dar-se-á por notificada(o) a(o) psicóloga(o) que tiver *acesso aos autos* antes de procedida a *notificação*, circunstância que deverá ser devidamente certificada.

CAPÍTULO II – DA CITAÇÃO

Art. 28 – *Citação* é o ato pelo qual se dá conhecimento à(ao) psicóloga(o) ou pessoa jurídica processada da instauração do *processo disciplinar*, concedendo-lhe a oportunidade de se defender no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 29 – A *citação* deverá conter:

- a) o número do *processo disciplinar*;
- b) o nome do representante, quando houver;
- c) o nome da(o) psicóloga(o) processada(o) e seu número de inscrição;
- d) cópia da decisão que determinou a instauração de *processo disciplinar*

- e de seus fundamentos;
- e) a especificação dos fatos imputados à(ao) psicóloga(o) processada(o);
 - f) a indicação dos dispositivos normativos considerados infringidos;
 - g) menção expressa ao prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa por escrito e juntada de documentos que a(o) processada(o) entender cabíveis;
 - h) indicação do endereço eletrônico do Conselho Regional de Psicologia ou do Conselho Federal de Psicologia, quando for o caso, para envio da defesa e dos documentos mencionados na alínea anterior.

Art. 30 – Nos casos em que a(o) psicóloga(o) não for encontrada(o) em seu endereço após tentativa pelo correio, a *Comissão Processante* deverá adotar outros meios aptos para promover a sua ciência inequívoca quanto à instauração do *processo disciplinar*.

§1º – Previamente à adoção da(s) providência(s) prevista(s) no *caput* deste dispositivo, a *Comissão Processante* poderá diligenciar com vista à obtenção de informações atualizadas quanto à localização da(o) psicóloga(o) processada(o), para fins de nova tentativa de *citação* pelo correio.

§2º – No caso de recusa da(o) psicóloga(o) processada(o) em apor o ciente na cópia da *citação*, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro do Conselho que realizou a *citação*, com a assinatura de 2 (duas) *testemunhas*.

Art. 31 – A *citação* será feita por edital caso o endereço da(o) psicóloga(o) processada(o) seja desconhecido ou tenham sido esgotados os meios de *diligências* previstos nos artigos anteriores deste Capítulo.

§ 1º – O edital de *citação* deverá conter as seguintes informações, conforme Anexo II deste Código:

- a) o número do *processo disciplinar*;

b) o nome do representante, quando houver;
c) o nome da(o) psicóloga(o) processada(o) e seu número de inscrição;
d) a informação de que a(o) psicóloga(o) será considerada(o) citada(o) após 25 (vinte e cinco) dias úteis da publicação do edital no Diário Oficial da União;

e) a menção expressa ao prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa por escrito, a partir da data em que a(o) psicóloga(o) for considerada(o) citada(o), bem como para juntada de documentos que a(o) processada(o) entender cabíveis;

f) a indicação do endereço eletrônico do Conselho Regional de Psicologia ou do Conselho Federal de Psicologia, quando for o caso, para envio da defesa e dos documentos mencionados na alínea anterior.

§ 2º – O edital será publicado, necessariamente, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação do Estado.

Art. 32 – Dar-se-á por citada(o) a(o) psicóloga(o) processada(o) que tiver *acesso aos autos* antes de procedida a citação, circunstância que deverá ser devidamente certificada.

CAPÍTULO III – DA INTIMAÇÃO

Art. 33 – *Intimação* é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

§1º – A *intimação* deverá conter:

a) o número do processo;
b) o nome do representante, quando houver;
c) o nome da(o) psicóloga(o) investigada(o) ou processada(o) e seu número de inscrição;
d) o teor do ato a ser cumprido;
e) cópia, se for o caso, de documentos pertinentes ou da decisão proferida.

§2º – Nos casos excepcionais do artigo 22, §3º deste Código, será dado prosseguimento ao processo após duas tentativas frustradas de *intimação*.

Art. 34 – Dar-se-á por intimada(o) a(o) psicóloga(o) que, por si, por intermédio de *procurador devidamente constituído* tiver *acesso aos autos* antes de procedida a intimação, circunstância que deverá ser devidamente certificada.

CAPÍTULO IV – DA REVELIA

Art. 35 – Será considerada(o) *revel* a(o) psicóloga(o) processada(o) que, citada(o), não apresentar defesa no prazo para tanto ou que se opuser ao recebimento da *citação*.

Art. 36 – A revelia será decretada pela *Comissão Processante*, que solicitará à Presidência do respectivo Conselho a nomeação de defensor dativo para atuar no processo, que deverá ser preferencialmente uma(um) psicóloga(o).

§1º – O defensor designado prestará compromisso por escrito, sob a fé de seu grau, de bem e fielmente promover a defesa da(o) psicóloga(o) processada(o).

§2º – As(Os) Conselheiras(os) efetivas(os) ou suplentes do respectivo Conselho estão impedidas(os) de atuar como defensor dativo.

Art. 37 – A(O) psicóloga(o) processada(o) *revel* poderá se manifestar no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar, e não poderá contestar os atos já praticados pelo defensor dativo.

CAPÍTULO V – DA CARTA PRECATÓRIA

Art. 38 – As comunicações de *atos processuais* entre os Conselhos serão feitas por *carta precatória*.

Art. 39 – A *carta precatória* será remetida pela Presidência do Conselho

ou pela Presidência da *Comissão Processante* diretamente à Presidência do Conselho destinatário.

Art. 40 – A *carta precatória* será expedida preferencialmente por meio eletrônico.

§1º – Quando não for possível a expedição por meio eletrônico, a carta precatória será remetida mediante carta registrada ou por qualquer outro meio eficaz.

§2º – A carta precatória deverá ser instruída com os seguintes documentos e dados:

- a) indicação do Conselho de origem e do Conselho destinatário;
- b) indicação do número do processo e identificação das *partes*;
- c) a finalidade a que se refere à *carta precatória* e à *diligência* ou providência requerida;
- d) sendo o caso de colheita de depoimento pessoal ou de *prova testemunhal*, rol de perguntas a serem respondidas pela parte ou pelas *testemunhas*;
- e) sendo o caso de *prova pericial*, rol de quesitos a serem submetidos ao perito;
- f) cópias das decisões e documentos necessários à compreensão e ao cumprimento da *diligência* ou providência requerida.

§3º – A(O) Presidente da *Comissão Processante* mandará anexar à *carta precatória* quaisquer outras peças, bem como instruí-la com documentos dos *autos*, sempre que estes devam ser examinados pelas *partes*, peritos ou *testemunhas*, ou facilitem o cumprimento da *diligência* ou providência pelo Conselho destinatário.

Art. 41 – A expedição da *carta precatória* não suspenderá a *instrução do processo*, mas impedirá a conclusão dos trabalhos da *Comissão Processante*, devendo ser juntados aos *autos*, após a sua devolução, apenas os documentos produzidos no Conselho destinatário.

TÍTULO VI – IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Art. 42 – Não poderão atuar no processo aqueles que forem declarados impedidos ou suspeitos, bem como os *absoluta* ou *relativamente incapazes* de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

§1º – O *impedimento* se fundamenta nas razões de ordem objetiva previstas no artigo 44 deste Código.

§2º – Verificada uma das causas de *impedimento*, há presunção absoluta da parcialidade do agente, com a conseqüente proibição de que participe do processo.

§3º – A *suspeição* se fundamenta em razões de ordem subjetiva que podem vincular o agente ao processo, tais como aquelas previstas no artigo 45 deste Código.

§4º – Nos casos de *suspeição*, a presunção de parcialidade do agente é relativa, podendo ser afastada caso ele e, em última instância, o Plenário do Conselho que julgar a *suspeição*, entender que não há comprometimento da imparcialidade do processo.

Art. 43 – O *impedimento* e a *suspeição* poderão ser declarados de ofício ou suscitados pela parte em qualquer fase processual, desde que o faça no prazo de 15 (quinze) dias úteis após ter tomado conhecimento do fato.

Art. 44 – Estão impedidas de exercer a função de *relatora(or)*, mediador, membro de Comissões e perito, em qualquer instância, bem como de votar ou participar do processo:

I – o cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de qualquer das *partes* ou de seus procuradores;

II – aqueles que, de qualquer forma, tenham se envolvido com o fato

objeto do processo;

III – aqueles que tenham, publicamente, emitido juízo de valor sobre o fato objeto do processo;

IV – aqueles que tenham ou já tiveram relação de vínculo profissional com a(o) psicóloga(o) investigada(o) ou processada(o) ou com o representante, quando houver.

§1º – Além das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, está impedida(o) de exercer a função de *relatora(or)* ou emitir *voto* no âmbito do Conselho Federal a(o) Conselheira(o) que tenha participado do julgamento do processo no Conselho Regional originário.

Art. 45 – Consideram-se suspeitos para o exercício da função de *relatora(or)*, mediador, membro de Comissões e perito, bem como para votar ou participar do processo, em qualquer instância, aquele que, dentre outros:

I – seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das *partes* ou de seus procuradores;

II – tenha recebido presentes de pessoas que tiverem interesse no processo ou que tenham aconselhado acerca do objeto da causa ou auxiliado materialmente uma das *partes*;

III – seja credor ou devedor de uma das *partes*, de seu cônjuge ou companheiro, ou de seus parentes, em linha reta até o terceiro grau;

IV – seja interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das *partes*.

Art. 46 – O *impedimento* e a *suspeição* poderão ser declarados de ofício ou reconhecidos pelo agente após a alegação da *parte*. Em qualquer caso, o agente impedido ou suspeito deverá dar ciência imediata do fato ao órgão competente para a sua nomeação, para que seja designado substituto.

Parágrafo único. Verificada a hipótese do *caput*, o substituto assumirá o processo no estado em que se encontrar e deverá ratificar ou não os *atos processuais* anteriormente praticados, indicando aqueles que, não

ratificados, deverão ser repetidos.

Art. 47 – Não sendo reconhecido pelo agente a existência do *impedimento* ou da *suspeição*, aquele que a tiver alegado poderá requerer que seja a questão examinada pelo Plenário do respectivo Conselho, que ouvirá as *partes* antes de decidir.

Art. 48 – Nas hipóteses em que o presente Código autorizar a constituição de uma Comissão de Instrução, a parte interessada, se assim entender, deverá arguir o *impedimento* ou a *suspeição* de seu membro em petição direcionada à respectiva Comissão de Ética.

§1º – A Comissão de Ética determinará que o agente se manifeste sobre a alegação de *suspeição* ou *impedimento*. Caso ele a reconheça, deverá ser indicado novo membro para compor a Comissão de Instrução, observado o disposto no artigo 10, §2º, deste Código.

§2º – Não sendo reconhecida pelo membro da Comissão de Instrução a existência do *impedimento* ou da *suspeição*, aquele que a tiver alegado poderá requerer que seja a questão examinada pelo Plenário do respectivo Conselho, que ouvirá as partes antes de decidir.

§3º – Na hipótese de o membro impugnado da Comissão de Instrução integrar, também, a Comissão de Ética, a petição de impugnação deverá ser diretamente encaminhada à Presidência do Conselho, para que ocorra julgamento pelo Plenário, nos termos do artigo 47.

TÍTULO VII – DAS NULIDADES

Art. 49 – Os *atos processuais* poderão ser declarados nulos de ofício ou por iniciativa do interessado.

Art. 50 – São causas de *nulidade*:

- I** – *impedimento* ou *suspeição* de qualquer dos agentes indicados nos artigos 44 e 45 deste Código;
- II** – ilegitimidade da(o) investigada(o) ou da(o) processada(o);
- III** – inobservância dos procedimentos estabelecidos para a citação da(o) psicóloga(o) processada(o);
- IV** – falta de designação de defensor dativo, nos casos em que decretada à revelia da(o) psicóloga(o) processada(o);
- V** – supressão de quaisquer das fases de defesa;
- VI** – ausência de *fundamentação* da decisão.

§1º – Além das hipóteses previstas no *caput* deste dispositivo, poderão ser declarados nulos quaisquer *atos processuais* violadores das disposições deste Código que resultem em prejuízo para as *partes*.

§2º – Nenhum ato será declarado nulo se não tiver resultado em prejuízo para as *partes*.

§3º – Ainda que da *nulidade* possa resultar prejuízo, ela somente será pronunciada quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

Art. 51 – A *nulidade* dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à *parte* se manifestar nos autos, sob pena de preclusão, salvo se a *parte* comprovar legítimo *impedimento* para tanto.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica à decretação de *nulidade* de ofício pelo Conselho, a qual poderá ocorrer a qualquer tempo.

Art. 52 – Nenhuma *nulidade* poderá ser arguida pela parte que lhe tenha dado causa ou para a qual tenha concorrido, ou, ainda, quando se refira à formalidade cuja observância só à *parte* contrária interesse.

Art. 53 – A *nulidade* de um ato, uma vez declarada, causará a de todos os atos subsequentes que dele dependam.

§1º – O órgão que pronunciar a *nulidade* determinará os atos aos quais ela se estende.

§2º – A *nulidade* de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

§3º – Se a *nulidade* se referir a documentos que tenham sido declarados nulos, estes serão desentranhados do processo e desconsiderados pelo órgão julgador, para todos os efeitos.

TÍTULO VIII – DA PRESCRIÇÃO

Art. 54 – As *infrações disciplinares ordinárias e funcionais* prescrevem em 2 (dois) anos, a contar da data de conhecimento do fato, o qual será presumido quando o mesmo for de conhecimento público.

Art. 55 – As *infrações éticas* praticadas pelas(os) psicólogas(os) prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do conhecimento do fato, o qual será presumido quando o mesmo for de conhecimento público.

Art. 56 – O *processo disciplinar* paralisado há mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado de ofício ou a requerimento da parte interessada, consumando-se, neste caso, a *prescrição intercorrente*.

Parágrafo único. Verificada a hipótese deste dispositivo, o Conselho deverá apurar a causa da demora e as eventuais responsabilidades pela inércia nos trâmites do *processo disciplinar*, com aplicação das penalidades cabíveis, assegurado, em todo caso, o direito ao contraditório.

Art. 57 – A *prescrição* é matéria de ordem pública e não poderá ser relevada pelos Conselhos de Psicologia.

Art. 58 – A interrupção da *prescrição* dar-se-á:

- I – pela *notificação* ou, caso não haja *notificação*, pela *citação* válida da(o) psicóloga(o), inclusive por meio de edital;
- II – por decisão condenatória recorrível do Plenário do Conselho Regional; ou
- III – por qualquer outro *ato inequívoco* que importe em apuração dos fatos.

Parágrafo único. A *prescrição* interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato, dentre os mencionados nos incisos acima, para a interromper.

LIVRO II – DOS PROCESSOS ÉTICO, ORDINÁRIO E FUNCIONAL

TÍTULO I – DOS PROCEDIMENTOS ANTECEDENTES

CAPÍTULO I – DA REPRESENTAÇÃO

Art. 59 – A *representação* deverá ser dirigida diretamente à Presidência do Conselho competente, conforme artigos 5o e seguintes deste Código, mediante documento escrito e assinado pelo representante, contendo:

- a) nome e qualificação do representante;
- b) nome e qualificação da(o) representada(o);
- c) *descrição circunstanciada do(s) fato(s)*;
- d) toda *prova documental* que possa servir à apuração do(s) fato(s) e de sua autoria;
- e) indicação dos meios de que o representante pretende se valer para provar o alegado;
- f) o interesse do representante em participar de mediação com a(o) representada(o).

§1º – A falta dos elementos descritos das alíneas “d”, “e” e “f” não é

impeditiva ao recebimento da *representação*.

§2º – A qualquer tempo, o representante poderá desistir da *representação*, ficando impedido de ter acesso aos autos do processo após a data em que manifestar a desistência.

§3º – A desistência da *representação* não ensejará o arquivamento do *processo investigativo* ou *disciplinar*. Nessa hipótese, a *Comissão Processante* dará prosseguimento ao processo, observando-se as regras deste Código aplicáveis aos processos iniciados por meio de requerimento de ofício.

Art. 60 – A *representação* deve ser protocolada por meio do sistema eletrônico adotado pelo respectivo Conselho de Psicologia.

Parágrafo único. Quando não for possível o protocolo na forma prevista no *caput* deste dispositivo, ele deverá ser realizado, preferencialmente, por mensagem eletrônica dirigida ao endereço eletrônico oficial do respectivo Conselho de Psicologia, e, em último caso, por via física dirigida à Presidência do Conselho competente.

CAPÍTULO II – DO REQUERIMENTO DE OFÍCIO

Art. 61 – O requerimento de ofício poderá ser formulado por qualquer membro dos Conselhos de Psicologia com base em fatos conhecidos por intermédio da imprensa, mídia, visita de fiscalização, declarações e manifestações públicas e outros, mediante documento escrito e assinado que será dirigido à Presidência do Conselho competente.

Art. 62 – Caberá à respectiva Comissão Processante impulsionar os processos instaurados mediante requerimento de ofício, não se lhes aplicando as disposições deste Código referentes a atos e ônus processuais atribuídos à figura do representante, exceto aqueles expressamente mencionados neste Código.

TÍTULO II – DOS PROCESSOS

CAPÍTULO I - DO PROCESSO ÉTICO

Art. 63 – O *processo ético* apurará infrações ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

§1º – Os órgãos envolvidos no processamento dos *processos investigativo e disciplinar ético*, inclusive em fase de revisão, terão como prioridade, na medida do possível, a reparação dos danos oriundos das infrações sob apuração, assim como a busca de uma solução consensual e do restabelecimento do diálogo entre as partes envolvidas.

§2º – Para os fins do parágrafo anterior, a questão poderá ser submetida à mediação, que seguirá as regras previstas nos artigos 160 e seguintes do presente Código.

Art. 64 – Recebida a *representação* ou o requerimento de ofício, a(o) Presidente do Conselho competente o remeterá à respectiva *Comissão Processante*.

Art. 65 – Com base nos elementos que constem da representação ou do requerimento de ofício, a *Comissão Processante* poderá:

- a) opinar pelo seu arquivamento liminar, mediante parecer fundamentado, caso não verificados *indícios* mínimos da prática de infração ou da autoria;
- b) instaurar *processo investigativo*, hipótese em que deverá notificar a(o) psicóloga(o) para que se manifeste por escrito sobre os fatos narrados, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento que conste do AR ou do recibo; ou
- c) opinar pela instauração de *processo disciplinar ético*.

§1º – O *parecer* da *Comissão Processante* contendo proposta de arquivamento liminar da *representação* ou do requerimento de ofício será

encaminhado ao Plenário do respectivo Conselho para homologação, em sessão na qual não será admitida sustentação oral.

§2º – Da decisão do Plenário que homologar o parecer de arquivamento de *representação* ou requerimento de ofício, caberá *recurso* dirigido ao Plenário do Conselho Federal de Psicologia, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

§3º – Não caberá *recurso* contra a decisão do Plenário que determinar a instauração de *processo*.

§4º – Decidindo o Plenário pela instauração de *processo investigativo*, os autos serão encaminhados à Comissão de Ética para que tome a providência prevista na alínea “b” deste artigo 65.

§5º – Em sua decisão, o Plenário poderá acrescentar novos tipos infracionais que constituirão objeto do *processo disciplinar*.

Art. 66 – Em sua manifestação por escrito, a(o) investigada(o) poderá alegar tudo o que julgar necessário para comprovar, de plano, a insubsistência dos fatos a ela(e) atribuídos, juntando desde logo os documentos que julgar pertinentes.

Parágrafo único. Em sua manifestação por escrito ou em qualquer outro momento, a(o) investigada(o) poderá manifestar seu interesse em participar de mediação com o representante.

Art. 67 – Apresentada a manifestação por escrito, se a *Comissão Processante* entender que os elementos existentes são ainda insuficientes à formação de sua convicção, poderá:

a) convocar a(o) psicóloga(o) investigada(o), o representante ou ambos para comparecer ao Conselho Regional e prestar informações adicionais tidas como indispensáveis;

b) requerer a complementação da *representação* ou da manifestação por escrito para o mesmo fim; e/ou

c) determinar *diligências* para obter mais informações acerca dos fatos investigados, podendo, para tanto, contar com o apoio da Comissão de Orientação e Fiscalização.

Parágrafo único. As *diligências* previstas no *caput* deste dispositivo poderão ser realizadas por meio de tecnologia da informação e comunicação, a critério da *Comissão Processante*.

Art. 68 – Apresentada a manifestação por escrito pela(o) psicóloga(o) investigada(o), e observado ou não o procedimento previsto no artigo anterior, a Comissão de Ética elaborará *parecer* fundamentado pelo qual poderá:

a) encaminhar o caso para a mediação;

b) propor o seu arquivamento; ou

c) propor a instauração de *processo disciplinar ético*.

§1º – O *parecer* da Comissão de Ética conterà a síntese dos fatos e as razões de seu entendimento, bem como, nos casos em que concluir pela instauração de *processo disciplinar*, a indicação dos dispositivos normativos considerados infringidos.

§2º – Proposta a mediação, não havendo anuência quanto a essa via pelos envolvidos ou nos casos em que dela não resultar acordo, o processo seguirá seu trâmite normal.

Art. 69 – O *parecer* da Comissão *Processante* contendo proposta de arquivamento de *processo investigativo* ou de instauração de *processo disciplinar* será encaminhado ao Plenário para deliberação, em sessão na qual não será admitida sustentação oral.

§1º – Da decisão do Plenário que determinar o arquivamento do *processo investigativo* caberá *recurso* dirigido ao Plenário do Conselho Federal

de Psicologia, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

§2º – Iniciada a sessão, na hipótese de o Plenário do Conselho Regional declarar-se impedido ou suspeito para proceder ao julgamento da(o) psicóloga(o), por dificuldade de assegurar a imparcialidade e a isenção, remeterá o processo para o Conselho Federal, que indicará outro Conselho Regional para o julgamento.

§3º – Na hipótese de *desaforamento* prevista no §2º, caso haja necessidade de instrução, caberá ao Conselho Regional de origem arcar com os custos de eventuais *diligências*, incluindo-se aqueles relacionados ao deslocamento da *Comissão Processante* para tal fim.

Art. 70 - Decidindo o Plenário pela instauração do *processo disciplinar*, os *autos* serão encaminhados à Comissão Processante para *instrução do processo*, que seguirá o rito estabelecido nos artigos 83 e seguintes deste Código.

Art. 71 – Finda a instrução, a(o) Presidente da *Comissão Processante* remeterá os *autos* à(ao) Presidente do respectivo Conselho Regional, no prazo de 10 (dez) dias corridos, para a nomeação de uma(um) *relatora(or)* dentre as(os) suas(seus) integrantes, observada a divisão equitativa dos processos.

Parágrafo único. Não poderão ser nomeadas(os) relatoras(res):

- a) a(o) Presidente do Conselho Regional;
- b) a(o) Presidente da *Comissão Processante*.

Art. 72 – A(O) Conselheira(o) *relatora(or)* emitirá seu *relatório e voto* no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, após o qual o processo será incluído na pauta de julgamento do Plenário.

Art. 73 – Da decisão do Plenário do Conselho Regional de Psicologia caberá *recurso* dirigido ao Plenário do Conselho Federal de Psicologia, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO ORDINÁRIO

Art. 74 – O *processo ordinário* apurará infrações a normas de natureza administrativa editadas pelos Conselhos de Psicologia.

Art. 75 – Aplicam-se ao processo ordinário as disposições previstas nos artigos 64 a 73 deste Código quanto ao trâmite dos processos éticos.

CAPÍTULO III – DO PROCESSO FUNCIONAL

Art. 76 – O *processo disciplinar funcional* apurará infrações praticadas por qualquer membro dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no exercício de seu cargo e primará pela celeridade.

Art. 77 – Recebida a *representação* ou requerimento de ofício, a(o) Presidente do Conselho de Psicologia competente o remeterá à Comissão de Ética ou à Secretaria de Orientação e Ética, conforme o caso.

Parágrafo único. Caso a(o) psicóloga(o) representada(o) seja a(o) Presidente do Conselho Regional ou Federal de Psicologia, a notícia de infração deverá ser dirigida, respectivamente, à(ao) Presidente da Comissão de Ética ou à(ao) Secretária(o) da Secretaria de Orientação e Ética, que assumirá, integralmente, as responsabilidades da(o) Presidente do Conselho descritas neste capítulo.

Art. 78 – A *Comissão de Instrução* instaurará processo investigativo e notificará a(o) psicóloga(o) representada(o) para que se manifeste por escrito sobre os fatos narrados, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento que conste do AR ou recibo.

Art. 79 – Aplicam-se ao *processo investigativo e disciplinar funcional* as disposições previstas nos artigos 64 a 73 deste Código quanto ao trâmite dos processos éticos.

Art. 80 – Iniciada a sessão de julgamento, na hipótese de o Plenário do Conselho Regional declarar-se impedido ou suspeito para proceder ao julgamento da(o) processada(o), por dificuldade de assegurar a imparcialidade e a isenção, remeterá o processo para o Conselho Federal, que indicará outro Conselho Regional para o julgamento.

§1º – Na hipótese de *desaforamento* prevista no *caput*, caso haja necessidade de instrução, caberá ao Conselho Regional de origem arcar com os custos de eventuais diligências, incluindo-se aqueles relacionados ao deslocamento da *Comissão Processante* para tal fim.

§2º – As disposições previstas no *caput* e § 1º deste artigo também se aplicam aos casos em que a necessidade de *desaforamento* seja identificada em fase processual anterior ao julgamento.

Art. 81 – Da decisão do Plenário do Conselho Regional de Psicologia caberá *recurso* dirigido ao Plenário do Conselho Federal de Psicologia, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

Art. 82 – Durante a apuração da falta disciplinar, o Plenário poderá, respeitado o quórum mínimo para deliberação, nos termos do Decreto nº 79.822/1977, e por maioria simples dos votos, decidir fundamentadamente pelo afastamento preventivo do membro do Conselho representado, em qualquer fase processual.

§1º – O afastamento preventivo somente será determinado quando houver elementos que evidenciem a probabilidade da prática da infração e, de forma cumulativa, haja fundado receio de risco ao bom andamento do *processo investigativo* ou *disciplinar*.

§2º – O afastamento previsto no *caput* pode ser requerido por qualquer interessado ou determinado de ofício pelo Plenário do respectivo Conselho.

§3º – Da decisão do Plenário do Conselho Regional de Psicologia

que acolher ou rejeitar o pedido de afastamento preventivo do membro do Conselho representado caberá *recurso* ao Conselho Federal, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

TÍTULO III – DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES

Art. 83 – Determinada a instauração do processo, a *Comissão Processante* determinará:

a) a citação da(o) psicóloga(o) processada(o) para que ofereça defesa por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na qual deverá expor suas razões, indicar as *provas* que pretende produzir e informar se possui interesse em participar de mediação; e

b) a *intimação* do representante, quando houver, para que apresente manifestação, também no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na qual deverá indicar as *provas* que pretende produzir e informar se possui interesse na mediação.

§1º – As *provas* poderão ser *documentais*, *testemunhais* e *técnicas*.

§2º – As manifestações previstas nas alíneas “a” e “b” deste artigo deverão estar acompanhadas de todas as *provas documentais* pertinentes bem como, caso haja interesse na realização de prova *testemunhal*, do rol de *testemunhas* a serem ouvidas.

§3º – Conforme o disposto no artigo 164 deste Código, as informações e documentos revelados ou produzidos no âmbito de eventual mediação são confidenciais e não poderão constituir *prova* em processos investigativos ou disciplinares.

§4º – A *Comissão Processante* poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Art. 84 – Caberá à *Comissão Processante* tomar depoimentos das *partes* e *testemunhas*, bem como determinar a realização de *diligências* ou *perícias*, a pedido das *partes* ou de ofício, sempre que julgar necessário.

§1º – Dentre as *diligências* que poderão ser determinadas pela *Comissão Processante* no curso da *instrução processual*, incluem-se, sem prejuízo de outras:

- I – a requisição e juntada de documentos e *provas materiais*;
- II – a realização de prova pericial;
- III – a oitiva dos envolvidos e *testemunhas*, que poderá ser tomada de forma escrita ou verbal, e, neste caso, reduzida a termo; e
- IV – inspeções *in loco*.

§2º – As *provas* requeridas pelos interessados poderão ser indeferidas pela *Comissão Processante* se consideradas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, mediante decisão fundamentada.

Art. 85 – Encerrada a Instrução, a *Comissão Processante* abrirá às *partes* oportunidade para o oferecimento de alegações finais escritas, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias úteis, iniciando-se pelo representante, quando houver.

§1º – Antes da abertura de prazo para alegações finais escritas, é facultado à *Comissão Processante* encaminhar o feito à Câmara de Mediação.

§2º – Se a proposta de mediação for recusada pelas *partes* ou se a mediação for encerrada sem acordo, a Comissão assegurará prazo para a apresentação de alegações finais escritas.

§3º – Na hipótese em que realizada a audiência de instrução prevista nos artigos 100 e seguintes, se nela estiverem presentes as *partes*, a declaração de encerramento da *instrução*, a proposta de mediação e a *intimação* acerca do prazo para apresentação das alegações finais escritas ocorrerão na própria audiência.

Art. 86 – Recebidas as alegações finais ou esgotado o prazo para tanto, a *Comissão Processante* remeterá o processo para a Presidência do Conselho.

CAPÍTULO I – DA PRODUÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL

Art. 87 – Incumbe à *parte* instruir suas manifestações com os documentos destinados a provar suas alegações.

Art. 88 – Excepcionalmente, poderá a *parte*, a qualquer tempo, juntar aos *autos* documentos novos, bem como aqueles que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis em momento posterior àquele previsto no §2º do artigo 83 deste Código, observado o disposto no artigo 21.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput*, caberá à *parte* comprovar o motivo que a impediu de juntar o documento aos autos no momento processual oportuno, incumbindo à *Comissão Processante* avaliar sua conduta de acordo com o princípio da boa-fé, de forma motivada.

CAPÍTULO II – DA PROVA PERICIAL

Art. 89 – A *prova pericial* poderá ser determinada de ofício pela *Comissão Processante*, em decisão fundamentada, ou requerida por qualquer das *partes*, hipótese em que caberá à Comissão avaliar e decidir pela sua pertinência.

Parágrafo único. A *Comissão Processante* indeferirá a *perícia*, por decisão motivada, quando:

- I – a *prova* do fato não depender de conhecimento especial de técnico;
- II – for desnecessária em vista de outras *provas* produzidas;
- III – a verificação for impraticável.

Art. 90 – Deferida a produção de *prova pericial*, a *Comissão Processante*, por sua(seu) Presidente, designará perito dentre os profissionais

da área específica, objeto da prova a ser produzida, sendo os custos de responsabilidade exclusiva do requerente.

§1º – A *Comissão Processante* intimará as partes para indicar, à sua custa, assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§2º – O perito e os assistentes técnicos assinarão termo assumindo o compromisso legal para realização da *perícia* e assistência técnica.

§3º – O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das *diligências* e dos exames que realizar, mediante prévia comunicação, comprovada nos *autos*, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§4º – O perito poderá determinar que *perícia* psicológica seja realizada sem a presença dos assistentes técnicos, caso tal presença possa representar constrangimento e prejudicar a produção da *prova*, devendo, nessa hipótese, reunir-se com os assistentes técnicos antes e/ou depois da realização da *prova*.

Art. 91 – A *Comissão Processante* poderá decidir pela necessidade de *prova pericial*, independentemente de requerimento das *partes*, e, nesse caso, encaminhará a sua solicitação à(ao) Presidente do respectivo Conselho de Psicologia.

§1º – Determinada a realização da *prova pericial* mencionada no *caput*, o respectivo Conselho de Psicologia arcará com os custos.

§2º – Após o deferimento da produção de prova pericial pelo respectivo Conselho, a *Comissão Processante* intimará as partes para, querendo, apresentar quesitos e indicar assistente técnico, observando-se as disposições previstas nos parágrafos 1º a 3º do artigo 90 deste Código.

Art. 92 – As *perícias* deverão ser realizadas no prazo máximo de 30

(trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo de compromisso, prorrogáveis a critério da respectiva *Comissão Processante* e atendido o princípio da economia processual.

Parágrafo único. O perito entregará seu laudo em prazo a ser fixado pela *Comissão Processante*, que não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos contados da realização da *prova*.

Art. 93 – O laudo pericial deve apresentar *fundamentação* em linguagem simples e com coerência lógica, indicando as razões pelas quais alcançou suas conclusões.

Parágrafo único. É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

Art. 94 – Recebido o laudo pericial, o representante, se houver, e a(o) psicóloga(o) processada(o) serão intimados para conhecimento e manifestação no prazo comum de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo único. A *parte* deverá juntar ao processo o *parecer* elaborado por seu assistente técnico, se for o caso, no mesmo prazo estipulado no *caput*.

Art. 95 – Havendo necessidade de *prova pericial*, ela será realizada antes da audiência de instrução, exceto nas hipóteses em que a *perícia* for determinada por *acórdão* do Conselho Regional ou Federal de Psicologia.

CAPÍTULO III – DO DEPOIMENTO PESSOAL E DA PROVA TESTEMUNHAL

Art. 96 – Cada *parte* poderá arrolar, para fins de instrução, no máximo 3 (três) *testemunhas*, que serão ouvidas preferencialmente no mesmo dia, juntamente com a colheita do depoimento pessoal das *partes*, se for o caso.

§1º – As *testemunhas* indicadas devem ter relação direta com os fatos apurados por meio do *processo disciplinar*.

§2º – Não poderão constar do rol de *testemunhas* os profissionais que tiverem participado de procedimento de mediação.

§3º – Havendo mais de um representante ou psicóloga(o) processada(o), a *Comissão Processante* poderá limitar, por ato motivado, o número de *testemunhas* a serem ouvidas, tendo por base o princípio da economia processual, desde que tal não implique prejuízo ao direito da parte de provar suas alegações.

§4º – Cabe à *parte* levar a *testemunha* que tenha arrolado à audiência de instrução, independentemente de *intimação*, presumindo-se, caso a mesma não compareça, que a *parte* desistiu de sua inquirição.

§5º – Justificadamente, a *parte* poderá requerer que a *Comissão Processante* intime a(s) *testemunha(s)* por ela arrolada(s), cabendo à *Comissão*, em decisão fundamentada irrecorrível, apreciar o pedido.

§6º – Verificada a impossibilidade da oitiva de todas as *testemunhas* no mesmo dia, serão ouvidas as *testemunhas* possíveis e a oitiva das demais será reagendada pela *Comissão Processante* em caráter prioritário.

Art. 97 – A *testemunha* que, convocada, não comparecer à audiência, não poderá ser ouvida em outra oportunidade, salvo se, até a data da audiência, inclusive, oferecer justificativa documentada e relevante, que será devidamente apreciada pela *Comissão Processante*.

Parágrafo único. Aceita a justificativa, a *Comissão Processante* designará nova data para a oitiva da *testemunha* ou, caso ela esteja impossibilitada de comparecer, mas não de prestar depoimento, poderá determinar que a sua oitiva seja realizada mediante os instrumentos e meios tecnológicos, observado o disposto no artigo 96, §4º, deste Código, procedendo-se às

convocações na forma determinada por este Código.

Art. 98 – Os depoimentos do representante, da(o) psicóloga(o) processada(o) e das *testemunhas* serão prestados perante a *Comissão Processante*, salvo na hipótese de ser expedida *carta precatória*, cabendo o registro imediato das declarações por representante do Conselho indicada pela *Comissão Processante*.

§1º – Sempre que as circunstâncias do caso assim recomendarem, a *Comissão Processante* poderá estabelecer, por decisão fundamentada, que a colheita dos depoimentos do representante e da(o) psicóloga(o) processada(o) ocorrerá separadamente, sem que um esteja presente durante o depoimento do outro.

§2º – Ouvir-se-ão as *testemunhas* do representante e, em seguida, as da(o) psicóloga(o) processada(o), sempre em separado, reduzindo-se a termo os depoimentos prestados, na forma prevista no *caput* deste artigo.

§3º – Na hipótese de processo instaurado de ofício, ouvir-se-ão as *testemunhas* convocadas pela *Comissão Processante* e, em seguida, as da(o) psicóloga(o) processada(o), sempre em separado, reduzindo-se a termo os depoimentos prestados, na forma prevista no *caput* deste artigo.

§4º – Fica facultado aos Conselhos Regionais realizarem os procedimentos deste artigo mediante os instrumentos e meios tecnológicos, levando-se em consideração a estrutura instalada nos Conselhos Regionais e o sigilo nos mesmos termos da legislação vigente no Sistema Conselhos.

Art. 99 – A(O) Presidente da *Comissão Processante* decidirá de ofício sobre:

- I – a tomada de depoimento de pessoas referidas nas declarações da parte ou das *testemunhas*, na condição de *testemunhas*;
- II – a *acareação* de duas ou mais *testemunhas* ou de alguma delas com a *parte*, quando as suas declarações divergirem a respeito de

fato determinado que possa influir na decisão da causa;

III – a realização de novo depoimento pelas *partes* ou *testemunhas*, que serão intimadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO IV – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Art. 100 – No dia e hora designados, a(o) Presidente da *Comissão Processante* declarará aberta a audiência de instrução e mandará chamar as *partes* e os respectivos procuradores, bem como outras pessoas que dela devam participar.

§1º – As audiências de instrução ocorrerão em dias úteis, durante o horário comercial.

§2º – Excepcionalmente, as audiências de instrução poderão se estender além do horário comercial nos casos em que a sua interrupção puder causar prejuízos à produção da *prova*.

Art. 101 – Instalada a audiência, a(o) Presidente da *Comissão Processante*:

I – indagará às *partes* se possuem interesse na realização de mediação;

II – advertirá as *testemunhas* e peritos:

a) de seu compromisso de dizer a verdade, sob pena de cometer crime de falso testemunho, nos termos do artigo 342 do Código Penal; e

b) de que o dever de sigilo previsto no artigo 15 deste Código a eles também se estende, sendo de sua responsabilidade preservá-lo, sob pena de incorrerem em responsabilidade civil e penal no caso de divulgação do seu conteúdo.

Art. 102 – As *provas* orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem:

I – o perito e os assistentes técnicos, se for o caso;

II – o representante, se for o caso, e, em seguida, a(o) psicóloga(o) processada(o), que prestarão depoimentos pessoais;

III – as *testemunhas* arroladas pelo representante – ou pela *Comissão Processante*, em caso de processo instaurado de ofício – e pela(o) psicóloga(o) processada(o).

Art. 103 – Antes de depor, a *testemunha* se identificará, declarará ou confirmará seus dados e informará se tem relações de parentesco com a parte ou interesse no objeto do processo.

§1º – É lícito à *parte* contraditar a *testemunha*, arguindo-lhe a incapacidade, o *impedimento* ou a *suspeição*, bem como, caso a *testemunha* negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com *testemunhas*, até o limite de 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.

§2º – Sendo provados ou confessados os fatos a que se refere o §1º, a *Comissão Processante* dispensará a *testemunha* ou lhe tomará o depoimento como *informante*.

§3º – A *testemunha* pode requerer à *Comissão Processante* que a dispense de depor, em razão dos motivos previstos no §1º deste artigo, o que será decidido de plano pela *Comissão*, após ouvidas as partes.

Art. 104 – A audiência poderá ser adiada se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar.

§1º – Mesmo que presentes apenas dois dos membros da *Comissão Processante*, a audiência de instrução poderá ser realizada, desde que com o consentimento das *partes*, que será registrado no termo de audiência.

§2º – Residindo os depoentes fora da *jurisdição* do Conselho, os seus depoimentos serão tomados por *carta precatória*, respeitadas as disposições do artigo 38 e seguintes deste Código.

§3º – A inquirição das *partes*, a critério da *Comissão Processante*, na sua *jurisdição*, poderá ser realizada por meio de tecnologia da informação e comunicação, permitida a presença dos defensores.

§4º – Havendo adiamento da audiência, a *Comissão Processante* determinará a *intimação* das partes para ciência da nova designação.

Art. 105 – Deverá constar em termo ou ata, assinada por todos os presentes, o resumo do ocorrido na audiência.

TÍTULO IV – SESSÃO DE JULGAMENTO

Art. 106 – As *partes* em *processos disciplinares* deverão ser intimadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos para, querendo, comparecer à sessão de julgamento do Plenário do Conselho Regional ou Federal de Psicologia, oportunidade em que lhes será facultado realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, pessoalmente ou por intermédio de *procurador devidamente constituído*.

§1º – As sessões de julgamento do Plenário dos Conselhos Regionais ou Federal ocorrerão em dias úteis, durante o horário comercial, observado o disposto no artigo 212 do Código de Processo Civil.

§2º – Excepcionalmente, as sessões de julgamento poderão se estender além do horário comercial nos casos em que a sua interrupção puder causar prejuízos a julgamento que esteja em curso.

Art. 107 – Aberta a sessão de julgamento, a(o) Presidente do Conselho de Psicologia convidará as *partes* para que ocupem os seus lugares e anunciará o seu início, assim como o número do processo a ser julgado e os nomes das *partes*.

Parágrafo único. Os Conselhos de Psicologia deliberarão com a presença da maioria absoluta de seus membros, nos termos do artigo 14 do

Decreto nº 79.822/1977.

Art. 108 – Após anunciar as(os) Conselheiras(os) aptas(os) a votar e as(os) Conselheiras(os) impedidas(os) ou suspeitas(os), nos termos dos artigos 44 e 45 deste Código, será imediatamente dada a palavra à(ao) Conselheira(o) *relatora(or)*, que lerá o seu relatório.

§1º – São elementos essenciais do *relatório*:

a) uma parte expositiva, que conterá os nomes das *partes*, a identificação do caso, o histórico sucinto dos fatos a serem julgados, a capitulação que foi dada pela *Comissão Processante*, quando for o caso, e as *provas* colhidas;

b) uma parte conclusiva, que conterá a apreciação dos fatos e das *provas*, bem como os fundamentos do *voto* da(o) Conselheira(o) *relatora(or)*; e

c) o *voto*.

§2º – A(o) *relatora(or)* pode suprimir elementos da tipificação feita, mas não pode acrescentar novas infrações identificadas.

Art. 109 – Realizada a leitura da parte expositiva do *relatório*, as *partes* poderão fazer suas sustentações orais, pessoalmente ou por intermédio de *procurador devidamente constituído*, falando, pela ordem, o representante e a(o) psicóloga(o) processada(o), por até 15 (quinze) minutos cada um.

§1º – Tratando-se de processo instaurado de ofício, haverá sustentação oral apenas da(o) psicóloga(o) processada(o), se esta(e) assim quiser, por até 15 (quinze) minutos.

§2º – Não haverá sustentação oral nas sessões de julgamento em que se deliberar a respeito da instauração de *processo disciplinar*, de *desaforamento*, da correção de erros materiais ou omissões em julgados do Conselho Federal, bem como em demais casos previstos neste Código.

Art. 110 – Após as sustentações orais, caso elas ocorram, a(o) *relatora(or)* designada(o) deverá apresentar a parte conclusiva do *relatório* e o seu *voto*.

Art. 111 – Durante o julgamento, não será permitida a produção de *prova* que não tiver sido comunicada à parte contrária, compreendida nesta proibição a leitura de jornais ou quaisquer materiais escritos ou de qualquer forma registrados cujo conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo.

Art. 112 – Após a leitura do *voto* pela(o) Conselheira(o) *relatora(or)*, a(o) Conselheira(o) Presidente declarará aberta a fase de discussão, dando a palavra às(aos) Conselheiras(os) que a solicitarem.

Parágrafo único. As(os) Conselheiras(os) presentes na sessão de julgamento poderão solicitar à(ao) Conselheira(o) *relatora(or)* que forneça explicações ou sane alguma dúvida referente ao caso.

Art. 113 – Encerrada a fase de discussão, a(o) Presidente tomará os *votos* das(os) Conselheiras(os), devendo ser registrado o resultado do julgamento, com o teor dos *votos* proferidos.

Art. 114 – A tomada de *votos* obedecerá às seguintes etapas:

a) apreciação da possibilidade do encaminhamento do caso à Câmara de Mediação;

b) verificação de necessidade de conversão do julgamento em *diligência*;

c) solicitação de vista do processo por Conselheira(o), até a reunião Plenária seguinte;

d) análise de eventuais preliminares de *nulidade* que tenham sido oportunamente suscitadas pelas *partes* e reiteradas nas alegações finais ou no *recurso*;

e) verificação de autoria e materialidade quanto às condutas tipificadas;

f) aplicação de penalidade.

§1º – No caso de pedido de vista, o processo será retirado de pauta, prosseguindo-se o julgamento na reunião plenária seguinte, para o que as *partes* serão intimadas com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis.

§2º – Caso se considere adequado encaminhar o caso à Câmara de Mediação, o julgamento ficará suspenso e, frustrada a tentativa de mediação, os *autos* serão devolvidos à(ao) *relatora(or)*, que pedirá sua reinclusão em pauta, com aditamento do *relatório*, renovando-se as *intimações*.

§3º – Caso o Conselho decida pela necessidade de qualquer *diligência*, tais como aquelas mencionadas no artigo 84 deste Código, suspender-se-á o julgamento, encaminhando-se os *autos*, por *despacho*, à *Comissão Processante* que atuou no feito, para efetivação da medida complementar. Cumprida esta, os *autos* serão devolvidos à(ao) *relatora(or)*, que pedirá sua reinclusão em pauta, com aditamento do *relatório*, renovando-se as *intimações*.

§4º – Caso se delibere pelo acolhimento de alguma preliminar de *nulidade*, o Colegiado a pronunciará por *acórdão*, determinando a renovação dos atos praticados a partir do último válido.

§5º – Havendo decisão, ainda que por maioria, sobre a procedência da imputação, considerando-se cada uma das condutas objeto do *processo disciplinar*, passar-se-á à votação da penalidade a ser aplicada.

§6º – À(Ao) Conselheira(o) vencida(o), que entender improcedente a imputação, é vedado manifestar-se sobre a penalidade.

§7º – Na aplicação da penalidade, serão observadas as regras e os critérios previstos no Livro V deste Código.

§8º – Em caso de empate, a(o) Conselheira(o) Presidente terá *voto de qualidade*, que prevalecerá.

Art. 115 – Proclamado o resultado, a decisão do Plenário receberá a forma de *acórdão*, com as razões da(o) *relatora(or)* transformadas em sua *fundamentação*, quando for *voto* vencedor.

§1º – Será designada(o) outra(o) Conselheira(o) para redigir a *fundamentação do acórdão* se a(o) Conselheira(o) *relatora(or)* for vencida(o).

§2º – Os *votos* vencidos deverão ser lavrados e constar dos *autos*.

Art. 116 – Estando as *partes* presentes ao julgamento, estas serão consideradas intimadas desde logo do teor da decisão, dando-se-lhes ciência do início da contagem do prazo para *recurso*, quando cabível, o qual começará a correr a partir do primeiro dia útil seguinte.

§1º – Ausentes as *partes* do julgamento, elas serão intimadas do inteiro teor da decisão de acordo com o disposto nos artigos 33 e seguintes deste Código.

§2º – Não comparecendo e não sendo encontrada(o) a(o) psicóloga(o) processada(o), proceder-se-á à sua *intimação* para tomar ciência da decisão, na forma prevista no artigo 31 deste Código.

Art. 117 – Os *acórdãos* dos Conselhos Regionais que não forem objeto de *recurso* serão encaminhados, por cópia, ao Conselho Federal, no prazo de 30 (trinta) dias úteis após o seu *trânsito em julgado*.

LIVRO III – DOS RECURSOS E DO REEXAME NECESSÁRIO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 118 – São cabíveis os seguintes *recursos*:

I – *Recurso* ordinário em face de *acórdãos* proferidos pelos Conselhos Regionais, previsto nos artigos 121 e seguintes; e

II – *Reexame* necessário em face de *acórdãos* proferidos pelos Conselhos Regionais, previsto nos artigos 126 e seguintes.

Art. 119 – O *recurso* será interposto por escrito e apresentado perante o Conselho que tiver proferido a decisão recorrida, cabendo ao recorrente formular suas razões de modo objetivo.

Parágrafo único. O Conselho certificará nos *autos* a data do protocolo do *recurso* e, quando este for realizado por via física, fornecerá ao recorrente o respectivo comprovante.

Art. 120 – Aplicam-se ao julgamento dos *recursos*, no que couber, as disposições relativas à sessão de julgamento contidas no Título IV do Livro II deste Código.

TÍTULO II – DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 121 – Das decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, caberá *recurso* ao Conselho Federal de Psicologia, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da ciência da decisão.

Art. 122 – O *recurso* será encaminhado à *Comissão Processante* do respectivo Conselho Regional e terá *efeito suspensivo* da execução da penalidade aplicada.

§1º – Recebido o *recurso*, a *Comissão Processante* mandará intimar *aparte* contrária para apresentar contrarrazões, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

§2º – Decorrido o prazo, a *Comissão Processante* determinará a subida dos *autos* ao Conselho Federal, com ou sem as contrarrazões.

Art. 123 – O Conselho Regional exercerá juízo de admissibilidade

restrito à tempestividade. Sendo intempestivo o *recurso*, o mesmo não será remetido ao Conselho Federal.

§1º – A(o) Presidente do Conselho Federal, ao receber os *autos* do Conselho Regional, os encaminhará à Secretaria de Orientação e Ética para que emita *parecer* acerca da regularidade do *recurso*.

§2º – Não identificada nenhuma irregularidade, a Secretaria de Orientação e Ética encaminhará os *autos* do *recurso* ao Plenário para a nomeação de uma(um) *relatora(or)* dentre as(os) suas(seus) integrantes, observada a divisão equitativa dos processos.

Art. 124 – Durante a sessão do Plenário em que for nomeada(o) a(o) Conselheira(o) *relatora(or)*, a(o) Presidente designará a data do julgamento do *recurso*.

§1º – Após a designação da data de julgamento, os autos serão encaminhados à(ao) Conselheira(o) *relatora(or)*.

§2º – No julgamento de *recurso* interposto pela(o) psicóloga(o) apelada(o), não poderá haver agravamento da penalidade, a qual poderá ocorrer, contudo, em razão de *recurso* interposto pela outra *parte*.

Art. 125 – Estando as *partes* presentes ao julgamento, estas serão consideradas intimadas desde logo do teor da decisão.

Parágrafo único. Ausentes as *partes* do julgamento, elas serão intimadas do inteiro teor da decisão de acordo com o disposto nos artigos 33 e seguintes deste Código.

TÍTULO III – DO REEXAME NECESSÁRIO

Art. 126 – Nas hipóteses de aplicação de penalidade de *suspensão* ou *cassação* do exercício profissional, sempre que não for interposto

recurso ordinário, a(o) Presidente do Conselho Regional prolator da decisão determinará, de ofício, o encaminhamento do processo ao Conselho Federal, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após decorrido o prazo para apresentação de *recurso* ordinário.

Art. 127 – A(o) Presidente do Conselho Federal, ao receber os *autos* do Conselho Regional, os encaminhará à Secretaria de Orientação e Ética.

Parágrafo único. A Secretaria de Orientação e Ética encaminhará os *autos* do *recurso* ao Plenário para a nomeação de uma(um) *relatora(or)* dentre as(os) suas(seus) integrantes, observada a divisão equitativa dos processos.

Art. 128 – Durante a sessão do Plenário em que for nomeada(o) a(o) Conselheira(o) *relatora(or)*, a(o) Presidente designará a data do julgamento do *reexame necessário*.

§1º – Após a designação da data de julgamento os *autos* serão encaminhados à(ao) Conselheira(o) *relatora(or)*.

§2º – Do julgamento de *reexame necessário* não poderá decorrer agravamento da penalidade.

Art. 129 – Estando as *partes* presentes ao julgamento, estas serão consideradas intimadas desde logo do teor da decisão.

Parágrafo único. Ausentes as *partes* do julgamento, elas serão intimadas do inteiro teor da decisão de acordo com o disposto nos artigos 33 e seguintes deste Código.

LIVRO IV – DA REVISÃO

Art. 130 – Será admitida a revisão da decisão condenatória pelo Conselho Federal, a pedido da(o) psicóloga(o) apenada(o), quando forem apresenta-

das *provas* novas, cuja existência a(o) psicóloga(o) ignorava e que possam innocentá-la(o) ou se ficar demonstrado que a decisão foi baseada em *prova* falsa.

Art. 131 – O requerimento de revisão deverá ser apresentado, a contar do *trânsito em julgado* da decisão:

- a) no caso de penalidade de *cassação*, no prazo de 5 (cinco) anos;
- b) no caso de penalidade de *destituição* da função de Conselheira(o), no prazo da respectiva penalidade; e
- c) em todos os demais casos, no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 132 – O requerimento de revisão não terá *efeito suspensivo* e deverá, sob pena de indeferimento, vir acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação do alegado.

Art. 133 – O requerimento de revisão deverá ser dirigido ao Conselho Federal, mas protocolado no Conselho Regional em que tramitou o processo de origem.

Parágrafo único. A *Comissão Processante* determinará a *intimação* do representante, se houver, para impugnar o requerimento de revisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, por meio de petição à qual anexará os documentos que entender convenientes.

Art. 134 – Findo o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo anterior, os *autos* serão encaminhados ao Conselho Federal, juntamente com os *autos* do *processo disciplinar* correspondente, oportunidade em que a Secretaria de Orientação e Ética verificará a presença dos requisitos de que tratam os artigos 131 a 133, opinando, por meio de *parecer* fundamentado, acerca da admissibilidade do requerimento de revisão.

Art. 135 – Elaborado o *parecer* mencionado no artigo anterior, a Secretaria de Orientação e Ética encaminhará os *autos* ao Plenário para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as(os) suas(seus) integrantes,

observada a divisão equitativa dos processos.

Art. 136 – Aplica-se ao julgamento do requerimento de revisão o disposto nos artigos 106 e seguintes deste Código.

Art. 137 – Deferido o requerimento de revisão, o Conselho Federal poderá anular a decisão condenatória para aplicar penalidade mais branda ou para absolver a(o) psicóloga(o) apenada(o), determinando as medidas a serem tomadas para retorno da(o) psicóloga(o) ao estado anterior à aplicação da penalidade.

Parágrafo único. O requerimento de revisão não poderá resultar em agravamento da penalidade.

Art. 138 – Após o julgamento do requerimento de revisão, o Conselho Federal fará baixar os *autos* ao Conselho Regional de origem para cumprimento da decisão.

LIVRO V – DAS PENALIDADES

Art. 139 – Aplicam-se às *infrações disciplinares* ordinárias e éticas as seguintes penalidades:

- a) *advertência*;
- b) *multa*, no valor de 1 (uma) a 5 (cinco) anuidades no caso de infração praticada por pessoa natural e de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades no caso de infração praticada por pessoa jurídica, tendo como referência o valor da anuidade praticada pelo Conselho Regional no exercício em que a multa vier a ser imposta;
- c) *censura pública*;
- d) *suspensão* do exercício profissional por até 30 (trinta) dias *ad referendum* do Conselho Federal; e
- e) *cassação* do registro para o exercício profissional, no caso de

peças naturais, e cancelamento do registro ou cadastramento, no caso de pessoas jurídicas, *ad referendum* do Conselho Federal.

Parágrafo único. Salvo nos casos de gravidade manifesta, que exijam aplicação imediata da penalidade mais séria, a imposição das sanções obedecerá à gradação do artigo anterior.

Art. 140 – Para fins de gradação da penalidade, serão considerados, em cada caso, fundamentadamente, o grau de culpa da(o) profissional, seus antecedentes, as circunstâncias em que ocorreu a *infração disciplinar*, sua gravidade e suas consequências, bem como eventuais atenuantes e agravantes.

§1º – Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se circunstâncias atenuantes, sem prejuízo de outras que possam decorrer do caso concreto:

- I – o exercício profissional durante mais de 5 (cinco) anos, seguidos ou interrompidos, sem o cometimento de qualquer *infração disciplinar*;
- II – a reparação espontânea do mal ou prejuízo causado;
- III – a confissão espontânea da *infração*; e
- IV – a atuação impelida por relevante valor social ou moral.

§2º – Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se circunstâncias agravantes, sem prejuízo de outras que possam decorrer do caso concreto:

- I – a presença de dolo, ou seja, a vontade determinada de, pela conduta adotada, produzir resultado prejudicial a pacientes ou terceiros, ou ao prestígio e à dignidade da profissão, independentemente de sua efetiva concretização;
- II – o *conluio* com outros indivíduos para a prática da *infração disciplinar*; e
- III – a *reincidência*.

Art. 141 – Será considerada *reincidente* a(o) psicóloga(o) apenada(o) que, punida(o) anteriormente por decisão definitiva, venha a ser penalizada(o) em razão de *infração disciplinar* envolvendo a mesma matéria, salvo se decorridos 2 (dois) anos, pelo menos, do cumprimento da respectiva punição.

Parágrafo único. Pendendo ação judicial na qual tenha sido proferida decisão suspendendo a imposição de penalidade administrativa, não haverá *reincidência* até o *trânsito em julgado* da decisão.

Art. 142 – A pena de multa poderá ser imposta cumulativamente com outra penalidade, e, em caso de *reincidência*, deverá ter seu valor dobrado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei ou neste Código.

Parágrafo único. O não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias da *intimação* recebida pela(o) psicóloga(o) apenada(o) acarretará a sua cobrança pela via executiva, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 143 – Aplicam-se às *infrações disciplinares* funcionais as seguintes penalidades:

I – *advertência*;

II – *suspensão* da função de Conselheira(o) pelo prazo de até 6 (seis) meses;

III – *destituição* da função de Conselheira(o), que não mais poderá ser exercida pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos.

§1º – Para fins de gradação da penalidade, serão considerados, em cada caso, o grau de culpa da(o) profissional, seus antecedentes, as circunstâncias em que ocorreu a *infração disciplinar*, sua gravidade e suas consequências, bem como a presença das circunstâncias atenuantes ou agravantes previstas no artigo 140, parágrafos 1º e 2º.

§2º – A *suspensão* e a *destituição* das funções de Conselheira(o), previstas nos incisos II e III, somente se efetivam com o *trânsito em julgado* da decisão que as houver determinado.

Art. 144 – Da penalidade de perda das funções de Conselheira(o) Regional cabe *recurso*, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, ao Conselho Federal de Psicologia.

LIVRO VI – DA EXECUÇÃO

Art. 145 – Cumpre ao Conselho Regional a execução das decisões proferidas nos *processos disciplinares*.

§1º – Não havendo *recurso* ao Conselho Federal, a execução da decisão ocorrerá imediatamente após o *trânsito em julgado* do *acórdão*.

§2º – Em caso de *recurso* ou *reexame necessário* ao Conselho Federal, a execução se dará imediatamente após a devolução dos *autos* à instância de origem.

§3º – Caso, no momento da execução de *acórdão* proferido pelo Conselho Federal, o Conselho Regional verifique a existência de erros materiais, poderá requerer ao Conselho Federal o saneamento dos vícios identificados.

§4º – No caso previsto no §3º, a(o) Conselheira(o) *relatora(or)* poderá corrigir erros materiais que não tenham impacto sobre o teor do julgado sem a necessidade de submeter a questão novamente a deliberação pelo Plenário do Conselho Federal.

§5º – Caso a(o) Conselheira(o) *relatora(or)* verifique que os erros materiais identificados acarretam a necessidade de modificação do julgado, deverá remeter a questão a julgamento pelo Plenário, devendo as *partes* ser intimadas para, querendo, comparecer à sessão, na qual não será admitida sustentação oral.

CAPÍTULO I – DA DIVULGAÇÃO DAS PENALIDADES
APLICADAS À(O) PSICÓLOGA(O)

Art. 146 – A execução das penalidades aplicadas processar-se-á na forma estabelecida pelo *acórdão*, sendo anotada no prontuário da(o) psicóloga(o) apenada(o).

Art. 147 – A penalidade de *advertência* será aplicada em caráter confidencial.

Parágrafo único. Caso a(o) psicóloga(o) apenada(o) não seja encontrada(o) e, após duas convocações, não compareça, no prazo fixado, para ser intimada(o) acerca da decisão que aplicou a penalidade de *advertência*, esta será tornada pública, por meio de edital.

Art. 148 – As penalidades de multa, de *censura pública*, de *suspensão*, de *cassação* e de cancelamento de registro ou cadastramento serão publicadas no sítio eletrônico do Conselho Regional de Psicologia que a aplicou e em revista/jornal do Conselho Regional, quando houver, bem como afixadas nas suas respectivas sedes.

§1º – A publicação também deverá ser afixada no Conselho Regional da localidade onde ocorreu o fato e onde reside a(o) psicóloga(o) processada(o), caso não coincidam com os locais referidos no *caput*.

§2º – A publicação relativa a penalidades aplicadas a psicólogas(os) no sítio eletrônico do Conselho Regional deverá conter, exclusivamente, as seguintes informações:

- a) número do *processo disciplinar*;
- b) nome da(o) psicóloga(o) apenada(o) e sua respectiva matrícula, se for o caso;
- c) a penalidade aplicada; e
- d) os dispositivos normativos infringidos.

§3º – A publicação mencionada no §1º deverá ser retirada do sítio eletrônico do Conselho Regional:

a) no caso de multa, *censura pública* e *suspensão*, após 3 (três) meses do cumprimento da penalidade; e

b) no caso de *cassação* ou cancelamento de registro ou cadastramento, após eventual deferimento de reabilitação da(o) psicóloga(o) apenada(o).

§4º – Caso seja deferido requerimento de revisão apresentado pela(o) psicóloga(o) apenada(o), a publicação mencionada no §1º deverá, em caso de absolvição, ser excluída e, na hipótese de aplicação de penalidade mais branda, devidamente adaptada, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento dos *autos* pelo Conselho Regional.

§5º – Na hipótese de absolvição mencionada no § 4º, o Conselho deverá publicar nota explicativa com o objetivo de tornar público o ocorrido, a ser divulgada pelos mesmos meios adotados quando da aplicação da penalidade.

§6º – Em caso de *censura pública*, *suspensão* ou *cassação* do exercício profissional, além da publicação mencionada no *caput*, será expedida comunicação às pessoas jurídicas públicas ou privadas às quais a(o) psicóloga(o) apenada(o) esteja vinculada(o).

§7º – A *suspensão* e a *cassação* do exercício profissional implicam também a apreensão da Carteira de Identidade Profissional da(o) psicóloga(o) apenada(o) e a(o) sujeita à fiscalização por parte do Conselho Regional para verificação acerca do cumprimento da pena.

§8º – Em caso de cancelamento de registro ou cadastramento de pessoa jurídica, será expedida comunicação ao Conselho Regional onde ela(e) estiver registrada(o) ou cadastrada(o) para a execução da penalidade.

Art. 149 – O Conselho Regional deverá informar, ao ser solicitado por meio de requerimento escrito, sobre a existência de *processo disciplinar* já transitado em julgado cujas penas sejam públicas.

§1º – A obrigatoriedade de fornecimento de tais informações

restringe-se ao período de 2 (dois) anos contados a partir do cumprimento da pena para o caso de infrações punidas com *multa*, *censura pública* e *suspensão* do exercício profissional.

§2º – Para os casos de *cassação* do registro para o exercício profissional, a menos que seja deferida a reabilitação, o Conselho Regional fica obrigado a fornecer informações, sempre que solicitado, sobre a existência da penalidade.

CAPÍTULO II – DA REABILITAÇÃO

Art. 150 – A(O) profissional que tenha tido o exercício profissional cassado poderá requerer, justificadamente e por escrito, sua reabilitação profissional junto ao Conselho Regional competente, sendo obrigatória a apresentação dos documentos que entender pertinentes e de certidão de antecedentes criminais.

Art. 151 – O pedido de reabilitação só poderá ser realizado depois de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos do *trânsito em julgado* da decisão de *cassação* do exercício profissional.

Art. 152 – Fica garantido o direito a apresentar novos pedidos de reabilitação, decorridos 3 (três) anos do indeferimento de pedido de reabilitação anterior.

Art. 153 – Cabe ao Plenário do Conselho Regional, ouvida a *Comissão Processante*, a decisão acerca de pedidos de reabilitação.

Art. 154 – A *Comissão Processante* solicitará ao respectivo Conselho Regional a publicação de edital comunicando à sociedade a intenção de reabilitação profissional da(o) requerente.

§1º – O edital abrirá prazo de 30 (trinta) dias úteis para que qualquer interessado apresente manifestação por escrito que exponha, justificadamente, as razões pelas quais entende que o pedido de reabilitação deva ser indeferido.

§2º – O edital será publicado nos mesmos meios pelos quais foi

tornada pública a aplicação da penalidade de *cassação*.

§3º – Recebidas as manifestações, a(o) requerente poderá se manifestar sobre as mesmas no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 155 – Após analisar o pedido de reabilitação, eventuais manifestações e demais documentos pertinentes, a *Comissão Processante* poderá agendar audiência com a(o) requerente para que apresente pessoalmente os motivos que justificam seu pedido, bem como solicitar as demais *diligências* que considerar necessárias.

Art. 156 – A *Comissão Processante* elaborará *parecer* fundamentado no qual opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido de reabilitação, a ser submetido ao Plenário do Conselho Regional para deliberação.

Parágrafo único. O *parecer* da *Comissão Processante* conterá a síntese:

- a) do *processo disciplinar* que culminou na *cassação* do exercício profissional;
- b) do pedido da(o) interessada(o) e suas justificativas;
- c) das manifestações apresentadas;
- d) de demais informações relevantes obtidas em audiência ou por meio de *diligências*; e
- e) das razões que justifiquem o deferimento ou o indeferimento do pedido.

Art. 157 – Aplica-se ao julgamento do pedido de reabilitação o disposto nos artigos 106 e seguintes deste Código.

Art. 158 – Da decisão do pedido de reabilitação caberá *recurso* dirigido ao Plenário do Conselho Federal de Psicologia, nos termos dos artigos 121 e seguintes deste Código.

Art. 159 – Os documentos produzidos no processo de reabilitação

serão anexados ao *processo disciplinar ético* ou *ordinário* que culminou na *cassação* do exercício profissional.

LIVRO VII – MEDIAÇÃO

Art. 160 – Cada Conselho Regional de Psicologia criará, no âmbito da Comissão de Ética, Câmara de Mediação ou equivalente, que será responsável:

- a) pela condução de mediações; e
- b) pelo desenvolvimento de programas destinados a estimular a autocomposição.

Art. 161 – Não serão passíveis de mediação:

a) os casos relacionados à situação fática que já tenha sido objeto de Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo as mesmas *partes* no âmbito da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF);

b) os casos envolvendo, como *parte*, profissional que tenha descumprido injustificadamente o acordo obtido em mediação no âmbito de Câmara de Mediação de qualquer CRP há menos de 2 (dois) anos, conforme disposto no artigo 169, alínea “a”, deste Código; e

c) os demais casos previstos na legislação, com destaque para a Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, bem como para as resoluções editadas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 162 – A qualquer tempo, a pedido de uma das *partes* ou de ofício, a *Comissão Processante*, o Plenário ou a(o) *relatora(or)* designada(o) no Conselho Regional ou Federal de Psicologia poderão decidir pelo encaminhamento das *partes* à Câmara de Mediação.

§1º – No caso de pedido formulado por uma das *partes*, a outra *parte* deverá ser intimada para se manifestar acerca do seu interesse na realização de mediação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º – Encaminhados os *autos* para a Câmara de Mediação, o processo ficará suspenso até o encerramento do procedimento de mediação, assim como o prazo prescricional.

§3º – Antes de dar início ao procedimento de mediação, a Câmara de Mediação verificará a ocorrência de uma das hipóteses de vedação previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo anterior, consultando, para tanto, respectivamente, a Comissão de Orientação e Fiscalização e a Câmara de Mediação de cada um dos Conselhos Regionais.

§4º – Se o *parecer* produzido pela Câmara de Mediação for contrário à instauração da mediação, será dada ciência às *partes*, que poderão recorrer ao Plenário do respectivo Conselho, em 15 (quinze) dias úteis do recebimento da *intimação*.

Art. 163 – Sendo possível a realização de mediação, a Câmara de Mediação convidará as *partes* a comparecer a uma reunião prévia para informar quanto ao propósito e trâmite da mediação e confirmar o interesse das *partes* na realização do procedimento.

Parágrafo único. O procedimento de mediação será considerado iniciado na data do encontro prévio referido no parágrafo anterior e sua duração será de até 90 (noventa) dias corridos, salvo prorrogação justificada deferida pela *Comissão Processante*.

Art. 164 – A mediação será confidencial em relação a terceiros, sendo vedado o uso de qualquer informação produzida ou revelada em seu curso como *prova* ou material em qualquer esfera, inclusive em processos judiciais ou arbitrais.

§1º – A confidencialidade prevista no *caput* será afastada se as *partes*, em conjunto, expressamente assim decidirem, conforme Termo de Acordo de Mediação, bem como quando sua divulgação for exigida por lei ou se revele necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

§2º – Caberá ao mediador decidir sobre a conveniência ou não da presença, nas sessões de mediação, de terceiros que não tenham relação com os fatos em questão nem representem uma das *partes*.

Art. 165 – Não sendo possível a realização de acordo, o procedimento de mediação poderá ser reaberto em qualquer fase de tramitação do feito, com base no princípio da autonomia da vontade das *partes*, seguindo-se para tanto o procedimento previsto nos artigos 161 e seguintes do presente Código.

Art. 166 – Caso o procedimento de mediação resulte em acordo entre as *partes*, será lavrado o termo correspondente, o qual deverá ser assinado por todos os presentes e homologado, em seguida, pelo Plenário do respectivo Conselho Regional de Psicologia.

§1º – O acordo deve contar com a assinatura de pelo menos duas pessoas, além das *partes*, as quais servirão como *testemunhas*.

§2º – Salvo se não estiver dentro dos parâmetros normativos e éticos do Conselho Regional de Psicologia, o acordo obtido em mediação será homologado pelo Plenário.

§3º – Não sendo possível a homologação do acordo, é facultado ao Plenário devolver o feito à mediação para que os seus termos sejam reformulados.

Art. 167 – O acordo homologado pelo Plenário do Conselho Regional ou Federal de Psicologia e assinado por duas pessoas além das *partes* constituirá título executivo extrajudicial.

Art. 168 – A realização de acordo no âmbito da mediação não constituirá assunção de culpa da(o) psicóloga(o), a não ser que isso faça parte dos termos da transação negociada entre as *partes*.

Art. 169 – O descumprimento injustificado do acordo pela(o)

psicóloga(o) terá como consequências:

a) a impossibilidade de a(o) psicóloga(o) participar de procedimentos de mediação nos 2 (dois) anos seguintes ao descumprimento;

b) a reabertura do *processo disciplinar* pelo Plenário, do ponto em que cessou, dentro de 60 (sessenta) dias a seguir do descumprimento, de ofício ou a requerimento do representante.

Parágrafo único. Cabe à *parte* interessada informar à Câmara de Mediação do Conselho Regional de Psicologia acerca do descumprimento do acordo pela outra *parte*.

LIVRO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 170 – Nos casos omissos, aplicar-se-ão supletivamente ao presente Código, nessa ordem, as disposições da Lei nº 9.784/1999, do Código de Processo Penal, do Código de Processo Civil e os princípios gerais de Direito.

Art. 171 – O Conselho Federal de Psicologia, se entender necessário e conveniente, poderá *avocar* processos disciplinares em curso nos Conselhos Regionais, mediante decisão fundamentada.

Art. 172 – Os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia devem assegurar o acesso e participação da pessoa com deficiência em todas as etapas dos processos regulados por este Código em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de *tecnologia assistiva*.

Art. 173 – Para os fins do disposto neste Código, as disposições que se referem à(ao) “psicóloga(o)” aplicam-se, sempre que cabível, a pessoas jurídicas registradas ou cadastradas perante os Conselhos de Psicologia.

Art. 174 – A presente Resolução entrará em vigor 30 (trinta) dias

após a data de sua publicação, aplicando-se de imediato aos processos pendentes, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da Resolução CFP nº 006/2007.

Parágrafo único. As disposições contidas no artigo 23 da Resolução CFP nº 006/2007 atinentes ao pedido de reconsideração permanecerão válidas em relação aos pedidos de reconsideração já apresentados e ainda não julgados até o início da vigência deste Código, bem como em relação a processos nos quais, na data de entrada em vigor da presente Resolução, exista prazo em curso para formulação de pedido de reconsideração.

Art. 175 – Fica expressamente revogada a Resolução CFP nº 006/2007 e sem efeito todas as disposições contrárias ao disposto no presente Código.

*Documento assinado eletronicamente por **Rogério Giannini, Conselheira(o)**, em 17/06/2019, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.*

*A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0139806** e o código CRC **DABF3FAF**.*

ANEXO I – GLOSSÁRIO

Para os fins do disposto no presente Código, são adotadas as seguintes definições:

Absolutamente incapaz: Pessoas que a lei considera totalmente inaptas ao exercício das atividades da vida civil. Conforme definido pelo Código Civil, são *absolutamente incapazes* de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

Acareação: Procedimento a ser adotado durante a *instrução processual*, no qual são apuradas as contradições e divergências nos depoimentos das partes e das *testemunhas*, colocando-as frente a frente para elucidações.

Acesso aos autos: Ciência, pela parte, por si ou por intermédio de seu *procurador devidamente constituído*, do inteiro teor do processo.

Acórdão: Decisão colegiada prolatada pelo Conselho Federal de Psicologia ou pelo Conselho Regional de Psicologia, decorrente do julgamento promovido pelo respectivo Plenário.

Advertência: Sanção disciplinar a ser aplicada para infrações de menor gravidade.

Ato inequívoco: Para fins do artigo 58, III deste Código, considera-se *ato inequívoco* qualquer conduta que demonstre, de maneira incontestável, a apuração dos fatos pelo Conselho.

Ato ordinatório: Ato ou ordem proferida no curso da *instrução processual* ou no julgamento da *representação*, destinado à regular movimentação do processo, sem conteúdo decisório.

Ato processual: Todo ato praticado em qualquer dos processos descritos neste Código.

Autos: Documentos e materiais que constituem o processo propriamente dito, isto é, o conjunto das petições, decisões e demais *atos processuais*, devidamente ordenados, numerados e formalmente assinados e juntados.

Avocar: Trazer para si processo de competência originária de outro Conselho.

Carta Precatória: Ato pelo qual um Conselho requisita a outro o cumprimento de *diligências* ou demais *atos processuais* que necessitem ser realizados na área de competência territorial do segundo.

Cassação: Sanção consistente na proibição definitiva e permanente do exercício da profissão, salvo hipótese de reabilitação.

Censura Pública: Sanção consistente na divulgação da *infração disciplinar ordinária* ou *ética* praticada pela(o) psicóloga(o) apenada(o), com publicação impressa ou em meio eletrônico.

Citação: *Ato processual* de comunicação pelo qual se dá conhecimento à(ao) processada(o) acerca da instauração de *processo disciplinar*, concedendo-lhe a oportunidade de apresentação de defesa.

Comissão Processante: Órgão encarregado de apurar a prática de infrações disciplinares e de realizar os atos instrutórios necessários para o trâmite de processos investigativos e disciplinares, a exemplo da Comissão de Ética, Secretaria de Orientação e Ética e da Comissão de Instrução, quando constituída.

Conluio: Acordo entre dois ou mais indivíduos com o intuito de prejudicar alguém ou de praticar determinado ato.

Desaforamento: Hipótese de deslocação de um processo do Conselho de Psicologia competente para outro Conselho de Psicologia. Ocorre, por exemplo, quando o Plenário do Conselho Regional se declarar impedido ou suspeito para proceder ao julgamento da(o) psicóloga(o), por

dificuldade de assegurar a imparcialidade e a isenção.

Descrição circunstanciada do fato: Relato detalhado do fato que motivou a apresentação da *representação*.

Despacho: Ato ou ordem proferida no curso da *instrução processual* ou no julgamento da *representação*, destinado à regular movimentação do processo, sem conteúdo decisório.

Destituição: Sanção consistente no afastamento do cargo e/ou função de Conselheira(o).

Diligências: Providências determinadas pelo órgão julgador ou instrutor para elucidar questões controvertidas no *processo disciplinar*, que podem, inclusive, consistir na execução de certos atos fora da sede do Conselho. São exemplos: inquirição de *testemunha*, inspeção, *acareação*, *intimação*, *citação*.

Efeito suspensivo: Efeito de suspender o andamento normal do processo, tornando sem aplicação a decisão do órgão julgador, até que a instância superior decida sobre o *recurso* apresentado.

Fundamentação: Razões de fato e de direito que justificam a decisão tomada pela julgadora.

Impedimento: Circunstância que impossibilita a atuação de uma(um) Conselheira(o) em determinado processo, decorrente de fato que pode comprometer a sua imparcialidade na realização de seus encargos e funções.

Instrução do processo ou instrução processual: conjunto de atos processuais destinados a apurar os fatos e eventos objeto de *processo disciplinar* na busca da verdade.

Indício: elemento conhecido e comprovado que indique, numa primeira análise, a possibilidade de ter havido a infração.

Informante: Pessoa indicada por uma das partes para prestar testemunho, mas que, por possuir algum tipo de interesse no resultado do *processo disciplinar*, não pode ser ouvida pela *Comissão Processante* na qualidade de *testemunha*. Não se aplica ao *informante* o dever de dizer a verdade previsto no artigo 101, razão pela qual o seu depoimento tem menos peso que o de uma *testemunha*.

Infração ordinária: Conduta exercida de forma contrária a normas de natureza administrativa editadas pelos Conselhos de Psicologia.

Infração disciplinar: Conduta exercida de forma contrária às normas do Código de Ética Profissional do Psicólogo, bem como a quaisquer atos regulatórios e diplomas legais vigentes, concernentes ao exercício da profissão de psicóloga(o), desdobrando-se em *infração administrativa*, *infração ética* e *infração funcional*.

Infração ética: Toda ação, omissão ou conivência que implique em desobediência e/ou inobservância às disposições do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Infração funcional: É a *infração disciplinar* cometida por psicóloga(o) no exercício do cargo e/ou das funções de Conselheira(o).

Intimação: *Ato processual* de comunicação pelo qual se informam as partes acerca de atos e eventos processuais para que deles tomem conhecimento e façam ou deixem de fazer aquilo que ali for determinado.

Jurisdição: Poder para aplicar as normas deste Código sobre determinada área territorial.

Notificação: Ato pelo qual se dá conhecimento à(ao) representada(o) da existência de *representação* em seu desfavor, conferindo-lhe a oportunidade de prestar informações.

Nulidade: Defeito causado pela não observância das disposições normativas aplicáveis, que, uma vez declarado, impede o ato nulo de produzir efeitos desde a sua origem, restabelecendo-se o estado de coisas anterior.

Parecer: Manifestação escrita na qual são expostas as razões de fato e de direito que levaram ao convencimento pela adoção de determinada solução ou encaminhamento em um caso concreto.

Parte: Pessoa com envolvimento no *processo investigativo* ou *disciplinar*, isto é, a(o) investigada(o), a(o) processada(o) ou o representante.

Petição: Todo e qualquer documento escrito dirigido aos Conselhos Regionais ou Federal, por meio do qual o subscritor exponha informações e argumentos ou apresente pedidos.

Prescrição: Perda do direito de ação em virtude da inércia, que se concretiza após o transcurso de determinado prazo sem que a medida tenha sido tomada.

Prescrição Intercorrente: Trata-se de fenômeno análogo à *prescrição* propriamente dita, mas, ao contrário desta, ocorre quando o processo já está em curso. Assim, paralisado o processo por um determinado período previsto na legislação aplicável, configurar-se-á a *prescrição intercorrente*.

Processo Disciplinar: Processo instaurado para apurar infrações ao Código de Ética ou a normas de natureza administrativa do CFP, bem como faltas disciplinares, praticadas por psicólogos(os). Trata-se de classe que abarca os *processos disciplinares ético, funcional e ordinário*.

Processo Disciplinar Ético: Processo destinado a apurar infrações ao Código de Ética.

Processo Disciplinar Funcional: Processo destinado a apurar falta disciplinar praticada por Conselheira(o) relacionada ao exercício do cargo ou função.

Processo Investigativo: Processo que antecede a instauração do *processo disciplinar*. Isto é, noticiada uma possível infração, será iniciado o processo para investigar o fato, podendo resultar ou não na instauração do *processo disciplinar* competente.

Processo Disciplinar Ordinário: Processo destinado a apurar infrações a normas de natureza administrativa do CFP.

Procurador devidamente constituído: Pessoa a quem uma das *partes* tenha conferido poderes, por meio de uma procuração por instrumento privado, sem a necessidade de firma reconhecida, para atuar em seu nome nos *autos* do processo.

Prova: Todo elemento capaz de contribuir para que se ateste a veracidade dos fatos em que se funda a *representação* ou a defesa, podendo, assim, influir no convencimento do julgador.

Prova documental: Documento ou material utilizado para provar determinado fato. Pode ser entendido como o registro feito mediante escritos, fotografias, filmagens, gravações, etc.

Prova pericial ou técnica: Estudo produzido por meio de *perícia* orientada por profissional habilitado, que possui conhecimento técnico especializado em determinada área, com o fim de provar determinado fato.

Prova testemunhal: Depoimento de *testemunha* a respeito de fatos relevantes para o julgamento, com o fim de prová-los.

Recurso: Meio de impugnar uma decisão ou *acórdão* visando à sua alteração total ou parcial.

Reexame necessário: Reanálise obrigatória do caso pelo Conselho Federal de Psicologia sempre que for aplicada por um Conselho Regional a penalidade de *suspensão* ou *cassação* do exercício profissional e não

for interposto *recurso*.

Reincidência: É a repetição de determinada infração que já tenha sido objeto de condenação disciplinar anterior. De acordo com o Código de Processamento Disciplinar (CPD), há *reincidência* quando, (i) depois de ter sido regularmente intimada(o) da decisão final administrativa – e, portanto, definitiva – que lhe aplicou determinada sanção; (ii) a(o) psicóloga(o) comete nova infração; (iii) que envolva a mesma matéria; (iv) desde que não tenha decorrido dois anos do cumprimento da respectiva punição. Tais requisitos são cumulativos, de maneira que, se ao menos um deles não se aplicar ao caso concreto, não haverá *reincidência*.

Relativamente incapazes: Pessoas que, em razão de circunstâncias pessoais ou em função de uma imperfeita coordenação das faculdades psíquicas, ocupam uma zona intermediária entre a capacidade plena e a incapacidade total. Conforme determinado pelo Código Civil, são *relativamente incapazes* (i) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; (ii) os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (iii) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e (iv) os pródigos.

Relatora(or): Conselheira(o) a quem é atribuída a função de relatar o processo e proferir o primeiro *voto* sobre a matéria.

Relatório: É a exposição resumida dos fatos do processo feita pela(o) *relatora(or)* no início da correspondente sessão de julgamento.

Representação: Comunicação feita ao órgão competente acerca da prática de infração por psicóloga(o) no exercício da profissão ou de cargo.

Revel: A(O) representada(o) que, após ser devidamente citada(o), não se manifeste nos *autos* do processo.

Suspensão: Restrição ao exercício profissional ou de determinada função, de caráter não definitivo, que perdura por um período de tempo

previamente determinado.

Tecnologia assistiva: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Testemunha: Terceiro que presta depoimento sobre os fatos do processo, podendo ser, ainda, pessoa que assiste a um ato, a fim de atestar a sua veracidade ou validade legal (cf. artigos 30, § 2º e 166, §1º deste Código).

Trânsito em julgado: Estabilização da decisão proferida, que passa a ser considerada definitiva e irretratável, seja porque as *partes* não apresentaram o *recurso* cabível no prazo estabelecido por este Código, seja porque a hipótese não admite mais a apresentação de *recurso*.

Voto: Decisão de determinada(o) julgadora(or) acerca de matérias a serem deliberadas em julgamento do Plenário do Conselho Regional ou Federal de Psicologia.

Voto de qualidade: É a prerrogativa conferida à(ao) Presidente do Conselho de Psicologia de desempatar o julgamento. Ou seja: se, após proferidos os *votos* de todas(os) as(os) Conselheiras(os), inclusive da(o) Presidente, houver empate, prevalecerá o *voto* da(o) Presidente.

ANEXO II – MODELO DE EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

A(O) **[Presidente/ Secretária(o)]** da **[Comissão de Ética/ Comissão de Instrução/ Secretaria de Orientação e Ética]** do Conselho **[Regional/ Federal]** de Psicologia do Estado de **[NOME DO ESTADO]**, no uso de suas atribuições e nos termos do disposto no artigo 29 do Código de Processamento Disciplinar do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP nº 11/2019), **CITA**, pelo presente Edital, a(o) psicóloga(o) **[NOME COMPLETO DA(O) PSICÓLOGA(O)]**, inscrita(o) no Conselho Regional de Psicologia da **[XX]** Região sob o nº **[XXXX]**, por se encontrar em local incerto e não sabido, e considerando que a(o) psicóloga(o) foi indiciada(o) no processo disciplinar nº **[XXXX]**, **[instaurado mediante representação apresentada por NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE]**.

A(O) psicóloga(o), que será considerada(o) citada(o) após 25 (vinte e cinco) dias úteis da publicação deste Edital, terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa escrita e os documentos que entender cabíveis. A defesa escrita e os documentos deverão ser enviados para o endereço eletrônico abaixo indicado ou entregues na sede do Conselho **[REGIONAL/ FEDERAL]** de Psicologia do Estado de **[NOME DO ESTADO]**, sob pena de revelia. À(AO) psicóloga(o) será assegurada(o) vista dos autos na sede do Conselho, em dias úteis, no horário das **[XXh às XXh, de segunda a sexta-feira]**.

A sede do Conselho **[REGIONAL/FEDERAL]** do Estado de **[NOME DO ESTADO]** encontra-se instalada na **[Rua XXX, nº X, Bairro, Cidade, Estado, CEP]**, tendo o seguinte endereço eletrônico **[XXXX]**.

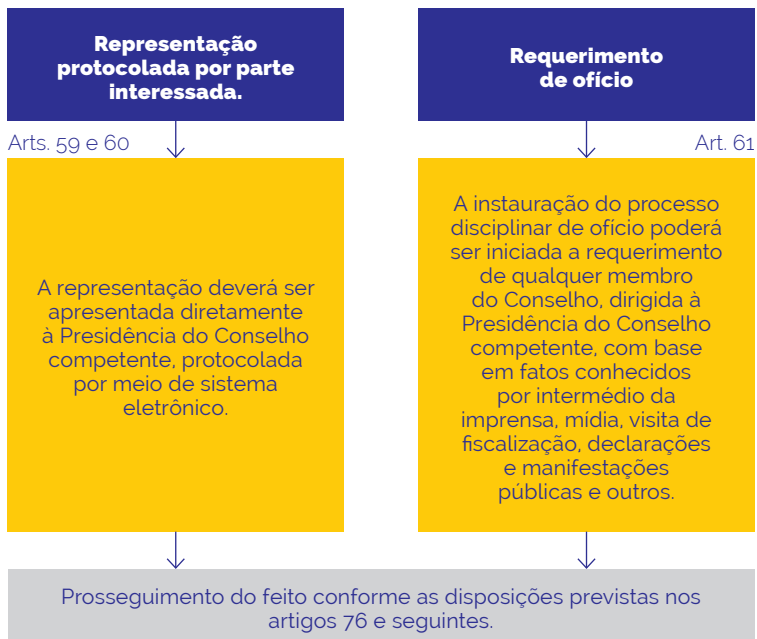
[LOCAL, DATA]

[NOME DA(O) PRESIDENTE DA COMISSÃO/ SECRETÁRIA(O) DA SECRETARIA]

FLUXOGRAMAS

PROCESSO FUNCIONAL

REPRESENTAÇÃO



Art. 82

Durante a apuração da falta disciplinar, o Plenário poderá, respeitado o quórum mínimo para deliberação, nos termos do Decreto nº 79.822/1977, e por maioria simples dos votos, decidir fundamentadamente pelo afastamento preventivo do membro do Conselho representado, em qualquer fase processual, desde que haja: (i) elementos que evidenciem a probabilidade da prática da infração e, de forma cumulativa, haja fundado receio de risco ao bom andamento do processo investigativo ou disciplinar; (ii) o afastamento previsto no caput pode ser requerido por qualquer interessado ou determinado de ofício; e (iii) da decisão do Plenário do Conselho Regional de Psicologia (CRP) que acolher ou rejeitar o pedido de afastamento preventivo do membro do Conselho representado caberá recurso ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos termos dos artigos 121 e seguintes.

PROCESSO DISCIPLINAR FUNCIONAL

Art. 77

Recebida a representação ou requerimento de ofício, a Presidência do competente Conselho de Psicologia o remeterá à Comissão de Ética (COE) ou à Secretaria de Orientação e Ética (SOE).

Art. 78

A Comissão de Instrução instaurará **processo investigativo** e notificará a(o) psicóloga (o) representada (para que se manifeste por escrito sobre os fatos narrados, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento que conste do AR ou recibo.

Art. 68

Após o recebimento da manifestação por escrito e se não houver necessidade de se proceder a novas diligências como as previstas no artigo 67, a Comissão Processante elaborará parecer fundamentado pelo qual poderá:

Art. 68, "b"

Propor o **arquivamento do processo investigativo.**

Art. 69

O parecer da Comissão Processante será encaminhado ao Plenário do respectivo Conselho para deliberação.

Art. 69, § 1º

Determinado o arquivamento do processo investigativo, caberá recurso ao Plenário do CFP.

Art. 68, "a"

Encaminhar o caso à mediação.

Art. 68, "c"

Propor a **instauração de processo disciplinar funcional.**

Art. 69

O parecer da Comissão processante será encaminhado ao Plenário do respectivo Conselho para deliberação.

Art. 70

Determinada a instauração do processo disciplinar, os autos serão encaminhados à Comissão Processante para instrução do processo (cf. artigos 83 e seguintes).

INSTRUÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

Arts. 83 e 84

Citação da(o) psicóloga(o) processada(o) para que ofereça defesa por escrito e intimação do representante para que apresente manifestação, ambas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, indicando as provas que pretendem produzir e se possuem interesse em mediação.

Caberá à Comissão Processante tomar depoimentos das partes e testemunhas, bem como determinar a realização de diligências ou perícias, a pedido das partes ou de ofício, sempre que julgar necessário.

Arts.
35 a 37

Em caso de revelia, observar as disposições previstas nos artigos 35 a 37.

Produção de provas

Prova documental

Arts. 87 e 88

Incumbe à parte instruir suas manifestações com os documentos destinados a provar suas alegações. Excepcionalmente, poderá a parte, a qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, bem como aqueles que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis em momento posterior àquele previsto no parágrafo 2º do artigo 83.

Prova testemunhal

Arts. 96 a 99

Cada parte poderá arrolar, no máximo, três testemunhas, que serão ouvidas preferencialmente no mesmo dia, juntamente com a colheita do depoimento pessoal das partes.

A Presidência da Comissão Processante decidirá de ofício sobre: (i) a tomada de depoimento de pessoas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas, na condição de testemunhas; (ii) a acareação de duas ou mais testemunhas ou de alguma delas com a parte, quando as suas declarações divergirem a respeito de fato determinado que possa influir na decisão da causa; e (iii) a realização de novo depoimento pelas partes ou testemunhas, que serão intimadas com antecedência mínima de cinco dias úteis.

Prova pericial

Arts. 89 a 95

A prova pericial poderá ser determinada de ofício pela Comissão Processante ou requerida por qualquer das partes, hipótese em que caberá à Comissão avaliar e decidir pela sua pertinência.

A Comissão pode indeferir a perícia conforme artigo 89, parágrafo único.

Deferida a produção de prova pericial, será designado perito, sendo os custos de responsabilidade do requerente.

A Comissão Processante intimará as partes para indicar, à sua custa, assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

As perícias deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do termo de compromisso.

Arts. 100 a 105

Audiência de instrução

No dia e hora designados, a Presidência da Comissão Processante declarará aberta a audiência de instrução e mandará chamar as partes e os respectivos procuradores, bem como outras pessoas que dela devam participar. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo se, nesta ordem, o perito e os assistentes técnicos, o representante e a(o) psicóloga(o) processada(o), e as testemunhas.

Art. 85

Encerrada a instrução, a Comissão Processante abrirá às partes oportunidade para o oferecimento de alegações finais escritas, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias úteis, iniciando-se pelo representante, quando houver.

Art. 86

Recebidas as alegações finais ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Processante remeterá o processo para a Presidência do Conselho.

JULGAMENTO

Art. 71

Finda a instrução, a Presidência da Comissão Processante remeterá os autos à Presidência do respectivo Conselho, para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as(os) suas(seus) integrantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Art. 72

A(O) Conselheira(o) Relatora(or) emitirá seu relatório e voto no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, após o qual o processo será incluído na pauta de julgamento do Plenário.

Art. 80

Sessão Plenária de Julgamento (rito definido nos artigos 106 a 117).

Tratando-se de processo em julgamento em um CRP, caso o Plenário se declare impedido ou suspeito para proceder ao julgamento da(o) Conselheira(o), remeterá o processo para o CFP, que indicará outro CRP para o julgamento.

Art. 114, § 1º

Pedido de vista de uma(um) das Conselheiras(os).

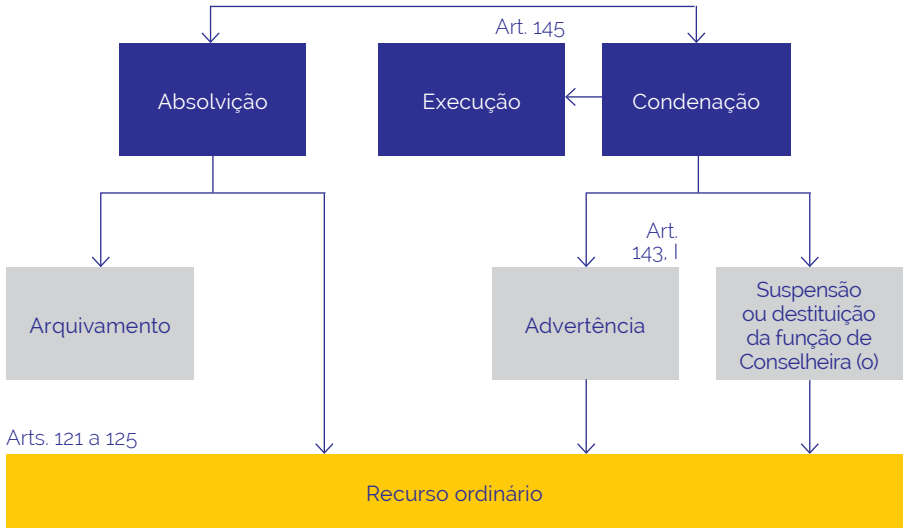
Art. 114, § 3º

Caso o Conselho decida pela necessidade de qualquer diligência, o julgamento será suspenso, encaminhando-se os autos à Comissão Processante que atuou no feito, para efetivação da medida complementar.

Retomada do julgamento na sessão plenária seguinte.

Terminadas as diligências, os autos são devolvidos à(ao) relatora(or) para reinclusão em pauta, com aditamento do relatório, nova intimação das partes e retomada do julgamento.

Resultado da Sessão de Julgamento



RECURSOS AO CFP

Recurso Ordinário

Art. 121 e 122

Das decisões proferidas nos processos disciplinares julgados pelos CRPs caberá recurso ao CFP, no prazo de 30 (trinta) dias úteis. O recurso deverá ser dirigido ao CRP que proferiu a decisão recorrida.

Arts. 122 e 123

O recurso será encaminhado à Comissão Processante no CRP; a parte contrária será intimada para apresentar contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias úteis e, em seguida, os autos serão remetidos ao CFP, com ou sem contrarrazões. O CRP exercerá juízo de admissibilidade quanto à tempestividade do recurso.

Art. 123, § 1º

A Presidência do CFP, ao receber os autos, os remeterá à SOE para emissão de parecer acerca da regularidade do recurso.

Arts. 123, § 2.º e 124

Não identificada qualquer irregularidade no recurso, a SOE encaminhará os autos ao Plenário para a nomeação de uma(um) relatora(or).

Julgamento do recurso nos termos dos artigos 106 a 117.

Condenação em 2ª Instância

Execução

Adsolvção

Arquivamento

REVISÃO

Art. 130

Será admitida a revisão da decisão condenatória pelo CFP, a pedido da(o) psicóloga(o) apenada(o), quando forem apresentadas provas novas, cuja existência a(o) psicóloga(o) ignorava e que possam inocentá-la(lo) ou se ficar demonstrado que a decisão foi baseada em prova falsa, conforme prazos do art. 131.

Arts. 133 e 134

O requerimento de revisão deverá ser dirigido ao CFP, mas protocolado perante o CRP em que tramitou o processo de origem. A Comissão Processante intimará o representante, se houver, para impugnar o requerimento de revisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Os autos serão encaminhados ao CFP, juntamente com os autos do processo disciplinar correspondente, para análise e parecer da SOE, sobre os requisitos dos artigos 131 a 133, opinando sobre a admissibilidade do requerimento de revisão.

Art. 135

Elaborado o parecer, os autos serão encaminhados ao Plenário, para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as(os) suas(seus) integrantes.

Arts. 136

Julgamento do requerimento de revisão nos termos dos artigos 106 e seguintes.

Indeferimento

Deferimento.

Art. 137

Deferido o requerimento de revisão, o CFP poderá anular a decisão condenatória para aplicar penalidade mais branda ou para absolver a(o) psicóloga(o) apenada(o), determinando as medidas a serem tomadas para retorno da(o) psicóloga(o) ao estado anterior à aplicação da penalidade.

Art. 138

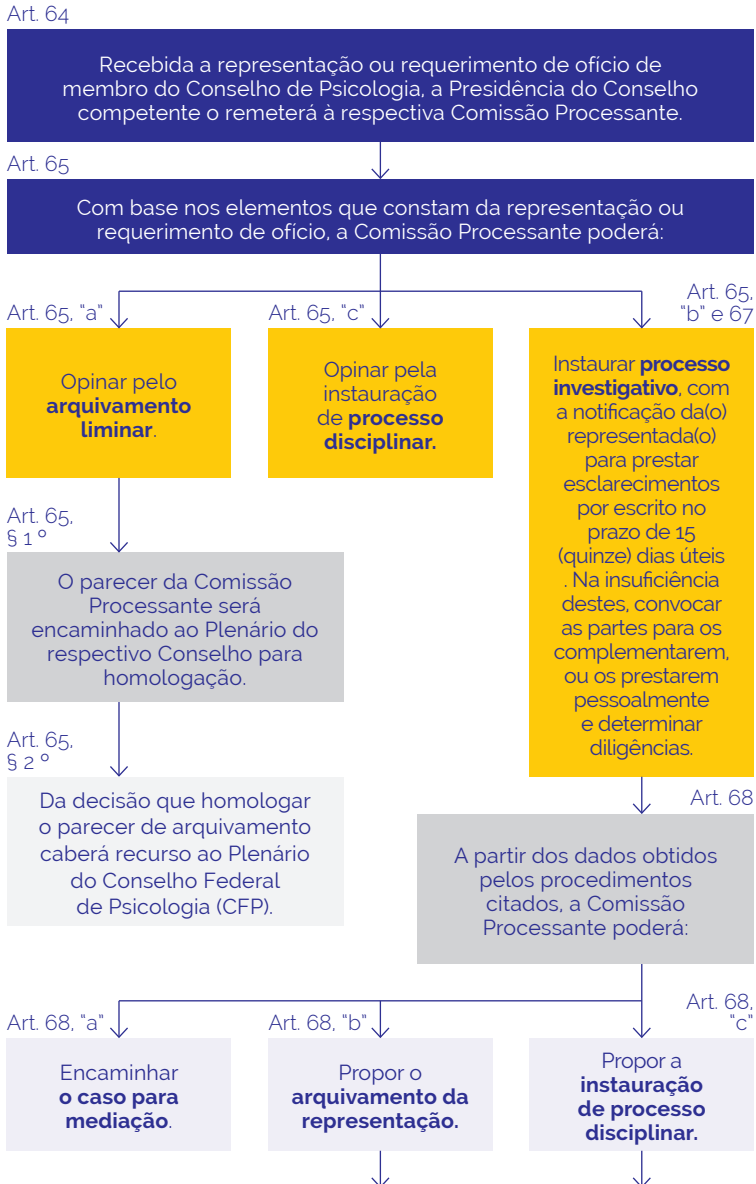
Após o julgamento do requerimento de revisão, o CFP fará baixar os autos ao CRP de origem para cumprimento da decisão.

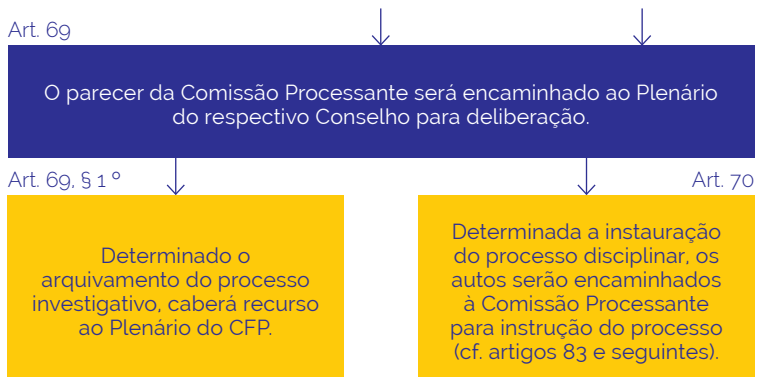
PROCESSO ÉTICO OU ORDINÁRIO

REPRESENTAÇÃO



DO PROCESSO INVESTIGATIVO AO PROCESSO DISCIPLINAR





INSTRUÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

Arts. 83 e 84

Citação da(o) psicóloga(o) processada(o) para que ofereça defesa por escrito e intimação do representante para que apresente manifestação, ambas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, indicando as provas que pretendem produzir e se possuem interesse em mediação. Caberá à Comissão Processante tomar depoimentos das partes e testemunhas, bem como determinar a realização de diligências ou perícias, a pedido das partes ou de ofício, sempre que julgar necessário.

Arts.
35 a 37

Em caso de revelia, observar as disposições previstas nos artigos 35 a 37.

Produção de provas

Prova documental

Arts. 87 e 88

Incumbe à parte instruir suas manifestações com os documentos destinados a provar suas alegações. Excepcionalmente, poderá a parte, a qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, bem como aqueles que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis em momento posterior àquele previsto no parágrafo 2º do artigo 83.

Prova testemunhal

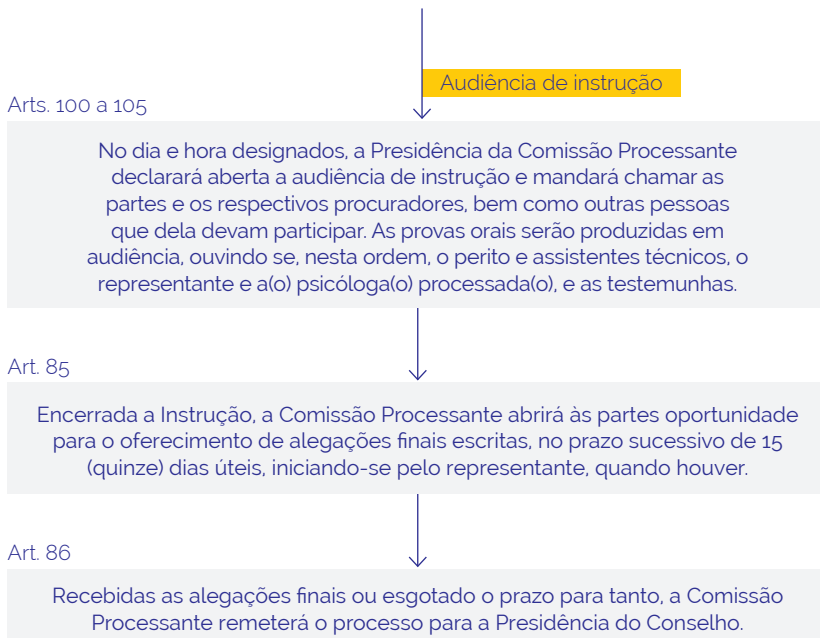
Arts. 96 a 99

Cada parte poderá arrolar, no máximo, 3 (três) testemunhas, que serão ouvidas preferencialmente no mesmo dia, juntamente com a colheita do depoimento pessoal das partes, se for o caso. A Presidência da Comissão Processante decidirá de ofício sobre: (i) a tomada de depoimento de pessoas referidas nas declarações da parte ou das testemunhas, na condição de testemunhas; (ii) a acareação de duas ou mais testemunhas ou de alguma delas com a parte, quando as suas declarações divergirem a respeito de fato determinado que possa influir na decisão da causa; e (iii) a realização de novo depoimento pelas partes ou testemunhas, que serão intimadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Prova pericial

Arts. 89 a 95

A prova pericial poderá ser determinada de ofício pela Comissão Processante ou requerida por qualquer das partes, hipótese em que caberá à Comissão avaliar e decidir pela sua pertinência. A Comissão indeferirá a a perícia conforme artigo 89, parágrafo único. Deferida a produção de prova pericial, será designado perito, sendo os custos de responsabilidade do requerente. A Comissão Processante intimará as partes para indicar, à sua custa, assistentes técnicos e formular quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. As perícias deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do termo de compromisso.



JULGAMENTO

Art. 71

Finda a instrução, a Presidência da Comissão Processante remeterá os autos à Presidência do respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP), para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as(os) suas (seus) integrantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Art. 72

A(O) Conselheira(o) relatora(or) emitirá seu relatório e voto no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, após o qual o processo será incluído na pauta de julgamento do Plenário.

Art. 69, § 2º

Sessão Plenária de Julgamento (rito definido nos artigos 106 a 117).

Na hipótese de o Plenário do CRP declarar-se impedido ou suspeito para proceder ao julgamento da(o) psicóloga(o), por dificuldade de assegurar a imparcialidade e a isenção, remeterá o processo para o CFP, que indicará outro CRP para o julgamento.

Art. 114, § 1º

Pedido de vista de uma(um) das(os) Conselheiras(os).

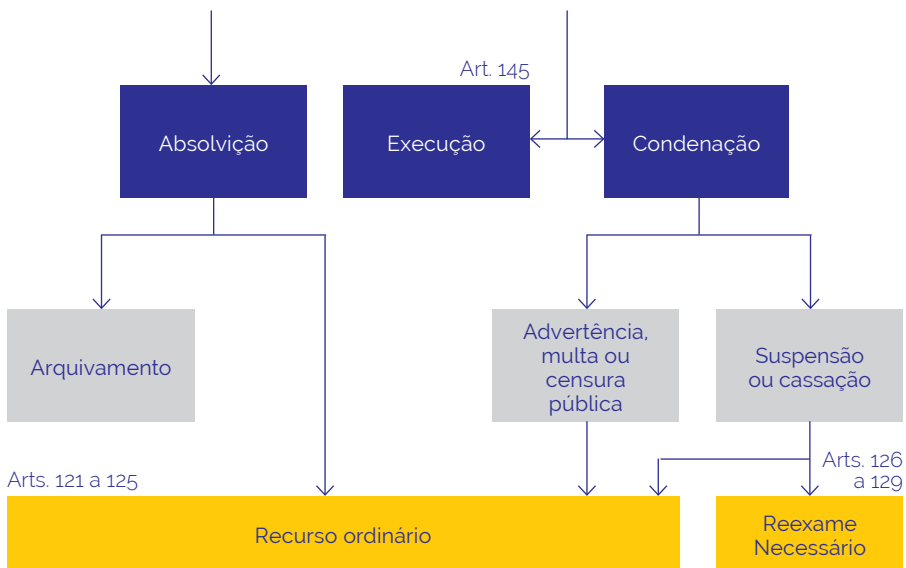
Retomada do julgamento na sessão plenária seguinte.

Art. 114, § 3º

Caso o Conselho decida pela necessidade de qualquer diligência, o julgamento será suspenso, encaminhando-se os autos à Comissão Processante que atuou no feito, para efetivação da medida complementar.

Terminadas as diligências, os autos são devolvidos à(ao) relatora(or) para reinclusão em pauta, com aditamento do relatório, nova intimação das partes e retomada do julgamento.

Resultado da Sessão de Julgamento.



RECURSOS AO CFP

Recurso Ordinário

Art. 121

Das decisões proferidas nos processos disciplinares julgados pelos CRPs caberá recurso ao CFP, no prazo de 30 (trinta) dias úteis. O recurso deverá ser dirigido ao CRP que proferiu a decisão recorrida.

Arts. 122 e 123

O recurso será encaminhado à Comissão Processante do CRP; a parte contrária será intimada para apresentar contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias úteis e, em seguida, os autos serão remetidos ao CFP, com ou sem contrarrazões. O CRP exercerá juízo de admissibilidade quanto à tempestividade do recurso.

Art. 123, § 1º

A Presidência do CFP, ao receber os autos, os remeterá à Secretaria de Orientação e Ética (SOE) para emissão de parecer acerca da regularidade do recurso.

Arts. 123, § 2.º e 124

Não identificada qualquer irregularidade no recurso, a SOE encaminhará os autos ao Plenário para a nomeação de uma(um) relatora(or).

Julgamento do recurso nos termos dos artigos 106 a 117.

Condenação em 2ª Instância

Execução

Absolvição

Arquivamento

Reexame Necessário

Art. 126

Nas hipóteses de aplicação de penalidade de suspensão ou cassação do exercício profissional, sempre que não for interposto recurso ordinário, a Presidência do CRP prolator da decisão determinará, de ofício, o encaminhamento do processo ao CFP, no prazo de 30 (trinta) dias corridos após decorrido o prazo para apresentação de recurso ordinário.

Arts. 127

A Presidência do CFP, ao receber os autos do CRP, os encaminhará à SOE.

Art. 127, parágrafo único

A SOE encaminhará os autos do recurso ao Plenário para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as suas(seus) integrantes, observada a divisão equitativa dos processos.

Art. 128

Durante a sessão do Plenário em que for nomeada(o) a(o) Conselheira(o) relatora(or), a Presidência designará a data do julgamento do reexame necessário.

Art. 128, § 1º

Após a designação da data de julgamento os autos serão encaminhados à(ao) Conselheira(o) relatora(or).

Julgamento do recurso nos termos dos artigos 106 a 117.

Condenação em 2ª Instância

Execução

Absolvição

Arquivamento

REVISÃO

Art. 130

Será admitida a revisão da decisão condenatória pelo CFP, a pedido da(o) psicóloga(o) apenada(o), quando forem apresentadas provas novas, cuja existência a(o) psicóloga(o) ignorava e que possam inocentá-la(lo) ou se ficar demonstrado que a decisão foi baseada em prova falsa, conforme prazos do artigo 131.

Arts. 133 e 134

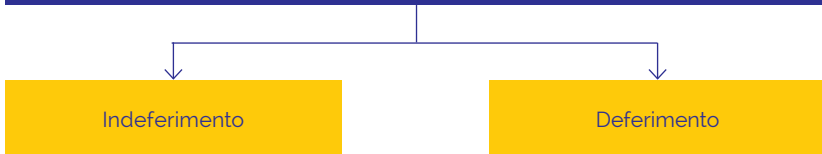
O requerimento de revisão deverá ser dirigido ao CFP, mas protocolado perante o CRP em que tramitou o processo de origem.
A Comissão Processante intimará o representante, se houver, para impugnar o requerimento de revisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
Os autos serão encaminhados ao CFP, juntamente com os autos do processo disciplinar correspondente, para análise e parecer da SOE, sobre os requisitos dos artigos 131 a 133, opinando sobre a admissibilidade do requerimento de revisão.

Art. 135

Elaborado o parecer, os autos serão encaminhados ao Plenário para a nomeação de uma(um) relatora(or) dentre as(os) suas(seus) integrantes.

Arts. 136

Julgamento do requerimento de revisão nos termos dos artigos 106 e seguintes.



Deferido o requerimento de revisão, o CFP poderá anular a decisão condenatória para aplicar penalidade mais branda ou para absolver a(o) psicóloga(o) apenada(o), determinando as medidas a serem tomadas para retorno da(o) psicóloga(o) ao estado anterior à aplicação da penalidade.

Após o julgamento do requerimento de revisão, o CFP fará baixar os autos ao CRP de origem para cumprimento da decisão.



Conselho
Federal de
Psicologia

www.cfp.org.br